

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**O desemprego no Brasil a partir da década de 1970: uma análise na
perspectiva do sistema-mundo**

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de carga horária na disciplina CNM 5420 – Monografia

Por Dinaldo de Amorim

Orientador: Prof. Dr. Pedro Antônio Vieira

Área de Pesquisa: Trabalho

Palavras-chaves:

1. Sistema-mundo
2. Regime de acumulação
3. Desemprego

Florianópolis, julho de 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A banca examinadora resolveu atribuir a nota 9,0 ao aluno Dinaldo de Amorim na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof. Pedro Antonio Vieira
Presidente

Prof. Hoyêdo Nunes Lins
Membro

Prof. Nildo Domingos Ouriques
Membro

*Aos meus pais e irmãos, pelo
estímulo sempre presente nas suas
manifestações.*

*À minha companheira Claudia e,
especialmente, à minha filha Sofia,
que suportaram silenciosas minha
quase ausência.*

*Ao professor Pedro, pela sua
paciência.*

SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS	5
LISTA DE TABELAS	6
CAPÍTULO I	
1. PROBLEMA	7
1.1 Introdução	7
1.2 Formulação da situação-problema	9
1.3 Objetivos	11
1.3.1 Objetivo geral	11
1.3.2 Objetivos específicos	11
1.4. Metodologia	12
CAPÍTULO II	
2. A EXPANSÃO MATERIAL DO CICLO SISTÊMICO DE ACUMULAÇÃO NORTE-AMERICANO	17
2.1 A expansão financeira do CSA britânico	18
2.2 A expansão material do CSA norte-americano: a meta do pleno emprego	23
CAPÍTULO III	
3. A EXPANSÃO FINANCEIRA DO CSA NORTE-AMERICANO	
3.1 A crise dos anos 70 numa visão histórica	32
3.1.1 A crise sinalizadora do CSA norte-americano	33
3.1.2 A crise terminal do CSA norte-americano	34
	38
CAPÍTULO IV	
4. O DESEMPREGO NO BRASIL DURANTE A EXPANSÃO FINANCEIRA DO CSA NORTE-AMERICANO	42
4.1 A década de 1970 e a ilha de prosperidade	42
4.2 A desestruturação do mercado de trabalho no Brasil	47
4.3 Do neoliberalismo à crise do emprego	50
4.4 A crise do emprego e a precarização do trabalho no Brasil a partir de 1990	52
CAPÍTULO V	
5. CONCLUSÃO	59
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	61

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Concentração da liquidez internacional nos Estados Unidos–1956-1966	27
Gráfico 2 – Taxa de crescimento do PIB brasileiro na década de 1950 (%)	31
Gráfico 3 – Evolução da dívida externa brasileira no período de 1968-1982 (em milhões de dólares)	45
Gráfico 4 – Dívida Líquida do Setor Público (em % do PIB)	48

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Desemprego em países selecionados de economia avançada – período 1930-1935, em % da PEA	21
Tabela 2 – Desemprego em países selecionados – período 1948-1965 (em % da PEA)	28
Tabela 3 – População residente total e percentual	30
Tabela 4 – Taxa de Crescimento anual do PIB entre 1971 e 1982 (vários países)	36
Tabela 5 – Crescimento da oferta monetária nos Estados Unidos no período de 1967-1973	37
Tabela 6 – Variações percentuais dos preços ao consumidor (vários países)	43
Tabela 7 – Taxas de evolução do PIB e do desemprego no Brasil – período 1976-1985 (em %)	46
Tabela 8 – Taxa de desemprego aberto no Brasil – período 1980-1989	50
Tabela 9 – Taxa média de desemprego na América Latina, por períodos, em % (países selecionados)	51
Tabela 10 – Evolução das empresas privatizadas no Brasil e do ajuste do emprego no setor estatal	54
Tabela 11 – Trabalho assalariado com e sem carteira – Brasil 1980-1995	55
Tabela 12 – Pessoal ocupado por posição na ocupação principal – Brasil (em %)	56
Tabela 13 – Taxa de desemprego no Brasil – período 1996-2003 (% da PEA)	56
Tabela 14 – Taxas de Desemprego e PIB Brasil e Região Metropolitana de São Paulo – Indicadores IBGE e Seade-DIEESE	57

CAPÍTULO I

1 O PROBLEMA

1.1 Introdução

Já faz muito tempo que o desemprego atormenta o dia-a-dia da classe trabalhadora, que a cada nascer do sol sente uma angústia profunda por não ter certeza se aquele será um dia como outro qualquer – ou seja, mais um dia de labuta – ou se será o dia de sua despedida dos companheiros da linha de produção. Lá se vai mais de uma década e meia de elevadíssimos índices de desemprego no Brasil sem que se tenha conseguido equacionar o problema, de forma que todos aqueles a quem a única alternativa de sobrevivência é a venda de sua força de trabalho continuam na angústia da incerteza do porvir, resultando daí um quadro de instabilidade, cujas conseqüências ameaçam o próprio tecido social.

Muito se tem debatido a respeito das causas do desemprego no final do século XX. As explicações que surgem tendem a responsabilizar o funcionamento irregular do mercado das diferentes economias pela crise no mercado de trabalho, ou sustentar que o problema está nos entraves à plena liberdade comercial e na difusão tecnológica, ou ainda afirmar que o problema está na falta de formação dos trabalhadores, responsabilizando as próprias vítimas pelo mal sofrido.

Mas seria o desemprego um problema estritamente nacional? Não, definitivamente, não. O desemprego é um fenômeno que acontece em praticamente todos os países. Naturalmente que a sua intensidade e a conjuntura em que ocorrem sofrem variações entre os países, mas trata-se de um problema mundial. Apesar disso, as explicações que surgem acabam por atribuir a causas nacionais a responsabilidade pela sua ocorrência. De nossa parte, acreditamos que sendo um problema mundial, suas causas estão relacionadas a fatores que se operam no interior da economia-mundo.

O fato de que essa realidade atravessa fronteiras de um lado conforta, na medida em que provoca esperança de que todos os países se envolvam na busca de soluções para o problema. De outro lado causa temor, já que as soluções estão além do limite de atuação dos governos nacionais. O objetivo desta pesquisa, afinal, é justamente dar uma contribuição no sentido de desvendar o nexo de causalidade entre as conjunturas econômicas internacionais e as locais que leva ao desemprego, de modo a justificar a

repercussão em todos os países – embora com intensidades variadas – dos seus efeitos positivos ou adversos.

Partindo da premissa de Wallerstein de que desde o início da era moderna todos os países estão inseridos num único sistema-mundo do tipo economia-mundo, o qual se organiza sob a forma econômica chamada capitalismo, buscamos nos Ciclos Sistêmicos de Acumulação (CSA) formulados por Arrighi o arcabouço teórico que sustentasse a afirmação de que o desemprego no Brasil na atualidade é decorrente de mudanças estruturais que passaram a se operar no centro da economia-mundo.

Isso nos motivou a descrever no segundo capítulo, de forma sintética, a centragem ocorrida no início do século XX, quando o regime de acumulação britânico foi sobrepujado pelo regime norte-americano. O mesmo fizemos em relação à fase de expansão material deste. Contudo, os ensinamentos de Wallerstein de que o capitalismo é um sistema histórico, nos conduziram a uma brevíssima exposição da última fase do CSA britânico, a fim de demonstrar que embora cada regime de acumulação tenha suas próprias características, não são estanques. Por exemplo, quando se inicia a fase de expansão financeira do regime britânico, este já estava sendo permeado por novas estruturas que dariam sustentação ao regime norte-americano. O mesmo ocorre com as fases internas a cada regime, onde a expansão material é permeada a partir de determinado momento por novas estruturas que fundamentarão a fase de expansão financeira.

Segundo o esquema de Arrighi, a fase de expansão financeira é a fase da decadência dos CSA e sua característica mais notável é a busca de maior rentabilidade pelos capitalistas fora da esfera de produção material, eis que esta passa a apresentar uma intensa competição interempresas. É a fase por excelência da ocorrência do desemprego na economia-mundo capitalista. Portanto, é sobre ela que centramos nossas atenções no terceiro capítulo.

O desenvolvimento da pesquisa encerra-se no quarto capítulo, no qual tratamos o desemprego como uma consequência da nova “orientação” de condução da política econômica irradiada pelo centro hegemônico, através de suas instituições de governo mundial, aos países periféricos da América Latina. Peço permissão para explicar as aspas na palavra orientação, pois aqui encontra-se um importante conflito: uma orientação à qual não se pode dizer não é orientação ou imposição? O pai desempregado que furta para saciar a fome de seu filho tinha outra opção que não fosse o rompimento de regras basilares da sociedade capitalista? Embora soe um tanto forçado, assim me

pareceu a situação dos países que se endividaram para tentar seguir o modelo que emanava dos países centrais e, de repente, vêem seus créditos cancelados. Tal como o pai que não tinha escolha entre a morte por inanição de seu filho e o furto ao bem alheio, os governantes da América Latina também não tiveram opção entre a falência total de suas economias e a aceitação da orientação dos banqueiros internacionais.

1.2 Formulação da situação-problema

Se há uma questão ainda não resolvida pelos pesquisadores do assunto, sejam eles sociólogos, economistas ou historiadores, é quanto ao início, ou processo que deu início à era moderna. No entanto, a respeito disso pode-se fazer ao menos duas afirmações: que o nascimento da Era Moderna foi marcado por algum feito ou acontecimento suficientemente importante para abalar as estruturas políticas e econômicas vigentes à época, e que ela trouxe consigo um fenômeno tão novo quanto ela e que afeta a vida de milhões e milhões de pessoas em todo o mundo, o desemprego.

Este drama na vida do trabalhador, que age desorganizando a estrutura produtiva e social, jogando países inteiros às crises sociais e políticas e que se constitui no principal fator de exclusão social é particularmente assombroso em países periféricos e, especificamente para nosso estudo, no Brasil. Para se ter uma idéia, o próprio Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - órgão do governo - divulgou, em sua Pesquisa Mensal do Emprego, um índice de desocupação de 9,6% para o total das seis regiões metropolitanas pesquisadas no mês de dezembro de 2004, dentro de uma metodologia que, aliás, considera ocupado todo aquele que não esteja à procura de emprego, como os catadores de lixo, por exemplo.

Entretanto, a situação vivida no Brasil é compartilhada, em maior ou menor grau, por praticamente todas as regiões inseridas na economia-mundo centrada nos Estados Unidos. No Japão, por exemplo, o desemprego em 1970 não era superior a 1,1% da população economicamente ativa, enquanto que em 2003 registrou uma taxa de 5,3% (OIT). Melhor sorte não ficou reservada à Europa, que iniciou a década de 1970 com um índice de 2,6% de desempregados (Intignano, 1999, p. 69/70), enquanto que em 2003, França e Alemanha, as duas mais dinâmicas economias do continente (excetuando a Inglaterra), registraram respectivamente 9,7% e 10,4% neste indicador (OIT).

A constatação de que o problema atravessa fronteiras, no entanto, não é suficiente para elidir as controvérsias a respeito das possíveis causas deste fenômeno.

Pochmann admite que há uma unanimidade acerca da gravidade do problema, mas admite também que “não há diagnósticos consensuais, nem tampouco tentativas de solução homogêneas” para o desemprego (1999, p. 39). Há os que creditam ao funcionamento irregular do mercado das diferentes economias a responsabilidade pela crise no mercado de trabalho; para o banco mundial o problema está nos entraves à plena liberdade comercial e na difusão tecnológica (idem). A discussão acima por si só mostra o grau de complexidade envolvido na abordagem do tema.

Porém, a característica transnacional que o desemprego apresenta a partir da década de 70 do século XX, ainda que em graus diferenciados de ocorrência, forcem o abandono de qualquer explicação particularista.

Wallerstein (2003) não tem dúvidas de que o desemprego é um fenômeno espalhado por toda a economia-mundo desse período, e que sua não ocorrência deve-se a tentativas de governos de equaciona-lo, embora o êxito seja apenas temporário:

E houve um aumento do desemprego por todo lado – na maior parte dos países do Sul, mas também no Norte. É verdade que as taxas de desemprego não têm de ser uniformes em todos os países. Longe disso! Na verdade, uma das principais atividades dos governos de todos os Estados, durante esse período, tem sido tentar deslocar o fardo do desemprego para outros Estados, mas transferências só podem ser bem-sucedidas temporariamente.

Pochmann apimenta um pouco mais o caldo, incitando à reflexão sobre as consequências das variáveis exógenas sobre o sistema produtivo:

É necessário romper com as análises limitadas quase que exclusivamente às variáveis endógenas do mercado de trabalho, pois estas abstraem explícita ou implicitamente as variáveis exógenas, justamente as principais responsáveis pela crise do emprego no capitalismo contemporâneo. (Pochmann, 1999, p. 47)

Essa ponderação, embora represente um avanço, padece de uma grande limitação: tem como unidade de análise a economia nacional. Tal visão parece estar apoiada na concepção do “sistema de relações econômicas internacionais [...] centro-periferia”, de Prebisch (Prebisch *apud* Furtado, 1992, p. 61), para qual “os ciclos têm origem nas economias dos países industrializados, propagando-se em seguida na esfera internacional. [...] nesse processo de propagação os países especializados na produção e exportação de produtos primários têm um comportamento passivo”. (Furtado, 1992, p. 61)

A abordagem que daremos ao assunto rejeita a economia nacional como unidade de análise e percebe-a como fazendo parte de um sistema-mundo, no qual as

relações centro-periferia se fazem através de “atividades econômicas estruturadas em cadeias de mercadorias que atravessam fronteiras nacionais” (Arrighi, 1997, p. 140).

Além disso, o capitalismo é compreendido como um sistema social histórico, no qual, segundo Braudel, a expansão financeira sempre aparece como uma etapa final de um regime de acumulação. Nas palavras de Arrighi;

A idéia braudeliana das expansões financeiras como fases finais dos grandes desenvolvimentos capitalistas me permitiu decompor a duração completa do sistema capitalista mundial (a *longue durée* de Braudel) em unidades de análise mais manejáveis, que chamei de ciclos sistêmicos de acumulação. (1996, p. XI)

Nesse sentido é que pretendemos fazer esta pesquisa. Com base no arcabouço teórico desenvolvido pelos pesquisadores identificados acima e sistematizados na contribuição de Giovanni Arrighi sobre os Ciclos Sistêmicos de Acumulação, pretendemos analisar a questão do desemprego no Brasil a partir da década de 1970, acreditando que sua ocorrência esteja vinculada à crise estrutural daquilo que Arrighi denominou de o regime de acumulação norte-americano. O anseio de diagnosticar o desemprego como uma consequência da crise do sistema capitalista em sua fase atual se justifica pela dificuldade de compreensão do alcance que políticas de governo possam ter no equacionamento de tal questão num quadro de crise sistêmica.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Analisar o desemprego no Brasil a partir da década de 1970, identificando-o como um problema que, longe de encontrar um nexo de causalidade estritamente nacional, apresenta padrões de recorrência no sistema mundo capitalista, especialmente nas fases de expansão financeira.

1.3.2 Objetivos Específicos

- . Apresentar resumidamente os instrumentos de análise utilizados por Arrighi para o desenvolvimento do conceito dos Ciclos Sistêmicos de Acumulação;
- . Expor as fases de expansão financeira e material do CSA norte-americano;
- . Adotar o Ciclo Sistêmico de Acumulação Norte-Americano como unidade temporal mínima no estudo das ocorrências do desemprego;

. Demonstrar o desemprego como um fenômeno mundial, cujas causas estão relacionadas com o processo de financeirização da reprodução capitalista iniciada na década de 1970.

1.4 Metodologia

Em nenhum período da história recente da economia brasileira os trabalhadores estiveram tão impotentes diante das investidas do capital contra os seus interesses de classe, seja retirando direitos, piorando as condições de trabalho ou ainda subtraindo empregos. Nunca foi tão desproporcional a correlação de forças entre as classes que travam o combate secular em nível mundial – a burguesia e o proletariado, para usarmos uma terminologia marxiana.

As afirmativas acima deixam transparecer dois enfoques distintos na compreensão das transformações que vêm ocorrendo na economia, de modo geral, e no mundo do trabalho, em particular. O primeiro enfoque implicitamente enquadra os distúrbios existentes no sistema produtivo dentro dos limites da economia nacional, identificando-a como unidade de análise, qualificando-a como espaço de disputa e, portanto, de intervenção, se bem que não negue a inserção no contexto global. Além disso, utiliza-se de um horizonte temporal estanque, de curto prazo, justificando a adoção de políticas anticíclicas – na maioria das vezes tiradas dos manuais da macroeconomia – como solução para os problemas conjunturais.

O segundo enfoque, que fala de um combate secular mundial entre as classes, embute o reconhecimento da existência de um sistema capitalista, cuja coerência atravessa as fronteiras, ou seja, admite certa conexão entre os modos de agir internos ao sistema. No entanto, não é possível deixar de observar uma linearidade no processo de acumulação capitalista dentro desta afirmativa. Linearidade esta que trata a acumulação como um processo contínuo, sujeito a perturbações que se explicam como períodos de exacerbação das contradições entre o capital e o trabalho, e não como uma descontinuidade no próprio regime de acumulação capitalista.

A verdade é que as correntes de pensamento econômico mais conhecidas no Brasil, grosso modo, acabaram sendo permeadas por um ou outro enfoque.

É o caso da teoria da modernização – esta muito bem aceita no Brasil no período varguista, cuja essência estava em promover a industrialização a partir de um regime político autoritário que controlava a ação da sociedade, em especial dos

trabalhadores e dos sindicatos –, que divide os países em atrasados ou industrializados, mas que concorda que haja uma posição intermediária entre um e outro contexto, a que chama de situação *transitória* no caminho da modernidade (Arrighi, 1997).

Mas é também o caso da teoria da dependência – elaborada no interior da CEPAL e há muito enraizada no meio acadêmico – para quem os países dividem-se economicamente em centros e periferias, sendo a economia destes dependente da dos primeiros. Para esta teoria a posição intermediária é *temporária*, já que as tendências polarizadoras da economia mundial levam os países que a ocupam ou para o centro ou para a periferia (idem). Nesse aspecto nossa linha de pesquisa adota o raciocínio de Wallerstein, para quem só muito raramente uma economia periférica muda seu papel estrutural tornando-se semi-periferia, assim como esta também apenas raramente passa a ocupar o centro do sistema-mundo.

A metodologia que será adotada nesse trabalho está fundamentada nos Ciclos Sistêmicos de Acumulação, expostos na obra de Giovanni Arrighi, *O longo século XX*.

Arrighi parte da análise da obra de Braudel para verificar a recorrência do capitalismo mundial à fase financeira:

Ao longo de toda a era capitalista, as expansões financeiras assinalaram a transição de um regime de acumulação em escala mundial para outro. Elas são aspectos integrantes da destruição recorrente de “antigos” regimes e da criação simultânea de “novos” (Arrighi, 1996, p. X)

A unidade de análise adotada por Braudel – sistema-mundo – foi decomposta por Arrighi em quatro unidades de análise “mais manejáveis”: os ciclos sistêmicos de acumulação genovês, holandês, britânico e americano, na tentativa de explicar a “relação entre o dinheiro e o poder na formação de nossa época”. (idem, p. XII)

A construção do conceito de Ciclos Sistêmicos de Acumulação se deu sob o fundamento braudeliano, segundo o qual “[Todo] desenvolvimento capitalista desse tipo [grande], ao atingir o estágio de expansão financeira, parece anunciar, em certo sentido, sua maturidade: (é) *um sinal do outono*” (Braudel apud Arrighi, 1996, p. 6 – grifo do autor).

Tal argumento está alicerçado, na hipótese de que “a fórmula geral apresentada por Marx (DMD’) pode ser interpretada como retratando não apenas a lógica dos investimentos capitalistas individuais, mas também *um padrão reiterado do capitalismo histórico como sistema mundial*”. (Arrighi, 1996, p. 6 – grifo nosso)

O aspecto central do pensamento braudeliano refere-se à *alternância* de fases de expansão material (DM) e fases de expansão financeira (MD’).

As épocas de expansão material são aquelas em que o capital-dinheiro impulsiona os processos produtivos, que dão origem a uma vasta gama de novas mercadorias (DM). Do desenvolvimento dessa fase resulta o “renascimento” do capital financeiro. É a fase de expansão financeira (MD’), marcada pelo desatrelamento do capital às mercadorias. A partir daí a expansão do capital tende a prosseguir sem a necessidade de produção de mercadorias (DD’) (Arrighi, 1996, p. 5). A junção dessas fases forma aquilo que Arrighi denominou de Ciclos Sistêmicos de Acumulação.

De acordo com Arrighi, as fases de prosperidade de cada um dos ciclos, invariavelmente, deram-se nas épocas de expansão material, enquanto que as épocas de expansão financeira, em todos os períodos, invariavelmente, corresponderam às épocas de depressão econômica, que também marcaram a crescente disputa pela hegemonia no sistema interestatal.

As características acima descritas foram associadas diretamente ao esquema marxiano do capital (DMD’). Segundo a fórmula,

O capital-dinheiro (D) significa liquidez, flexibilidade e liberdade de escolha. O capital-mercadoria (M) é o capital investido numa dada combinação de insumo-produto, visando ao lucro; portanto, significa concretude, rigidez e um estreitamento ou fechamento das opções. D’ representa a *ampliação* da liquidez, da flexibilidade e da liberdade de escolha.” (idem, grifo do autor)

Diante do esquema, Arrighi é taxativo ao afirmar que a forma monetária é porto seguro do capitalista: “[...] quando os agentes capitalistas não têm expectativa de aumentar sua própria liberdade de escolha, ou quando essa expectativa é sistematicamente frustrada, o capital *tende* a retornar a formas mais flexíveis de investimento – acima de tudo, à sua forma monetária.” (idem)

Arrighi também constatou que havia grandes semelhanças sócio-históricas nas crises sistêmicas que levaram à derrocada de cada um dos regimes de acumulação:

[L]os períodos caracterizados por una expansión rápida y estable de la producción y el comercio mundial invariablemente terminan en una crisis de sobreacumulación que hace entrar en un período de mayor competencia, expansión financiera, y el consiguiente fin de las estructuras orgánicas sobre las que se había basado la anterior expansión del comercio y la producción. (Arrighi, 2005)

As fases de expansão material são entendidas como fases de mudanças contínuas, nas quais o crescimento da economia mundial dá-se através de uma única via de desenvolvimento. Contrariamente, as fases de expansão financeira caracterizam-se pela descontinuidade, na qual o crescimento da economia capitalista mundial pela via

estabelecida agoniza. A partir de então, “a economia capitalista mundial ‘se desloca’, através de reestruturações e reorganizações radicais, para outra via.” (idem, 1996, p. 9 – grifo do autor)

A alternância entre estas duas fases, porém, não ocorre de forma espontânea, mas é o resultado da ação dirigida e associada de determinados Estados e capitalistas que gozam de condições vantajosas no sistema e usam-nas em desfavor de outros grupos, o que explica os sucessivos regimes de acumulação: “O que entendemos por regime de acumulação em escala mundial são as estratégias e estruturas mediante as quais esses agentes preponderantes promovem, organizam e regulam a expansão ou a reestruturação da economia capitalista mundial.” (idem, p. 10)

Fundamental na explicação do sistema mundial em Braudel é sua consideração de que a expansão do capitalismo histórico só pode se dar através de relações de dependência com o poder Estatal, o que se caracteriza como uma negação da economia de mercado.

Braudel concebe o capitalismo como uma estrutura estratificada em três camadas: a camada inferior “não-econômica”, caracterizada por suas bases elementares e auto-suficientes e denominada *vida material*; sobreposta a esta vem a *economia de mercado*, marcada por suas “muitas comunicações horizontais entre os diferentes mercados” (idem), local onde a vida econômica se estabelece.

No topo da estrutura encontra-se o *capitalismo* propriamente dito, monopolizador das atividades mais rentáveis internas ao sistema, cujas relações econômicas passam ao largo do mercado, através de mecanismos que lhe permitem acumular a maior parte do excedente. Mais importante do que deter o absoluto controle das atividades mais rentáveis, “[...] a camada capitalista tem a flexibilidade necessária para deslocar continuamente seus investimentos das atividades econômicas que estejam enfrentando uma redução dos lucros para as que não se encontrem nessa situação”. (Braudel *apud* Arrighi, 1996, p. 8)

O capitalismo, enquanto extrato superior da estrutura braudeliana, apenas forja-se como poder após a sua fusão com o Estado, o que lhe permitiu conquistar todo o mundo e formar “uma economia mundial capitalista poderosa e verdadeiramente global” (idem, p. 11)

As considerações acima se constituíram no principal arcabouço teórico na construção do conceito dos Ciclos Sistêmicos de Acumulação. A idéia da observação e explicação dos fenômenos a partir de uma unidade de análise que incorpora toda a

economia-mundo, aliada à concepção do capitalismo como um sistema histórico, por si sós não explicam a crise sistêmica que assolou a economia mundial nos fins da década de 1960. Tal tarefa coube a Arrighi, em *O longo século XX*.

O presente trabalho seguirá, portanto, os passos de Arrighi na constatação de que a década de 1970 (e seu entorno) representou a alternância da fase de expansão material para a fase de expansão financeira, responsável pela ocorrência do fenômeno do desemprego. Ou seja, a aplicação do modelo de Arrighi na busca da explicação do problema proposto, condizente com as possibilidades deste autor, estabelece-se como a metodologia adotada nesta pesquisa.

CAPÍTULO II

2. A EXPANSÃO MATERIAL DO CICLO SISTÊMICO DE ACUMULAÇÃO NORTE-AMERICANO

O século XX foi um período marcado por profundas transformações, tanto nos campos sociais, como nos políticos e econômicos. Ele começou com a liderança da Grã-Bretanha, abrigou os desafios alemães à supremacia anglo-saxônica, viu instalado no topo da hierarquia mundial uma ex-colônia britânica e, por fim, acolheu o que Arrighi considera ser a crise do regime de acumulação norte-americana. Na origem desta crise está o processo de expansão financeira da economia ou, em outras palavras, a fase “da expansão da liquidez, da flexibilidade e da liberdade de escolha” para o capital-dinheiro, conforme visto acima. Como consequência, as inversões no processo de produção material tornam-se cada vez mais escassas nesses períodos, o que explicaria, *a priori*, a explosão do desemprego decorrente.

A crise do emprego existente atualmente deve ser analisada a partir de uma visão sistêmica, o que nos obriga a um retorno à época em que se deu a expansão produtiva que marcou o atual ciclo sistêmico de acumulação, sob a hegemonia norte-americana, definitivamente entronada no final da Segunda Guerra Mundial.

Como se comportou o desemprego no mundo durante esta fase? E no Brasil, como a expansão produtiva se manifestava, e qual seu significado para as massas trabalhadoras nesse período?

São estas questões que se pretende responder neste capítulo. Julgamos, no entanto, crucial para melhor compreensão do propósito, um breve histórico da formação da hegemonia americana a partir do ocaso do imperialismo de livre comércio britânico, a fim de que possamos observar no decorrer deste trabalho, ainda que de forma bastante limitada, um padrão de recorrência que justifica os ciclos de Giovanni Arrighi.

A expansão material nos Ciclos Sistêmicos de Acumulação propostos por Arrighi, invariavelmente acontece após um período de caos sistêmico decorrente da crise de acumulação que se estabelece no regime de acumulação até então dominante. Esta crise é sinalizada pelo desvio do capital da esfera produtiva para a esfera financeira e nesse período ocorre uma nova centragem, baseada em novos padrões produtivos. Foi o

que ocorreu também na mudança do regime de acumulação britânico para o norte-americano.

Portanto, entendemos que a explicação da expansão material ocorrida durante a hegemonia dos Estados Unidos estaria incompleta se não falássemos primeiramente da expansão financeira do regime de acumulação que a precedeu, o que faremos a seguir.

2.1 A expansão financeira do CSA britânico

Pode-se dizer que o desafio germânico à supremacia inglesa no *front* militar no início do século XX marcou o início do fim do predomínio britânico, tanto nas redes de comércio quanto na centralização da liquidez mundial, levando o sistema a sua crise sinalizadora.

Mas o desafio do século XX nada mais foi do que o acirramento da disputa que se travava desde o processo de formação dos mercados. As pressões competitivas decorrentes deste processo levaram os Estados Unidos e a Alemanha a uma reestruturação empresarial baseada na formação de conglomerados e preeminência de um pequeno número de grandes instituições privadas. O diferencial entre estes dois tipos de organização produtiva estava em que na Alemanha, em função principalmente da limitação de seu espaço territorial, e conseqüentemente das fontes de insumos primários, adotou-se a integração horizontal como regime de acumulação. Neste tipo de capitalismo de corporações havia uma integração entre as firmas concorrentes (trustes) que, na prática, eliminava a formação de preços pelo mercado.

Nos Estados Unidos, no entanto, diferentemente da Alemanha, a opção mais rentável foi o regime de acumulação no qual as grandes corporações integravam-se verticalmente, ou seja, internalizavam todos os subprocessos produtivos, desde o fornecimento dos insumos primários até a colocação do produto no mercado, desta forma eliminando todas as barganhas de preço e as incertezas inerentes ao fornecimento dos insumos necessários à elaboração dos produtos finais. Isto só foi possível em virtude das características geográficas e sociais históricas da formação de seu território. De fato, as condições geográficas dos Estados Unidos renderam-lhes vantagens insuperáveis para o territorialismo alemão e também ao imperialismo britânico. Suas dimensões, a abundância em recursos naturais e a condição de insularidade que detinha transformaram-no num pólo de “atração de mão-de-obra, capital e espírito de iniciativa

da Europa com que o Reino Unido, e menos ainda as nações menos ricas e poderosas, tinham poucas chances de competir” (Arrighi, p. 59).

Por sua vez, o imperialismo de livre comércio britânico estabeleceu uma complexa rede de comércio mundial, cujo controle era feito pela possibilidade de substituição de suas fontes de abastecimento. A condição de principal fornecedor de bens de capital e produtos elaborados do mundo conferia-lhe o poder de escolha dos mercados fornecedores de insumos.

As crescentes pressões competitivas entre as empresas originadas a partir do aprofundamento das tendências inerentes aos três tipos de organização empresarial levaram ao acirramento das rivalidades entre o capitalismo de corporações de estilo alemão e o livre comércio britânico, e empurraram a disputa para o domínio governamental, desembocando no primeiro conflito militar do século XX.

Com o início da Primeira Guerra Mundial, a Grã-Bretanha necessitava de fornecimento de equipamentos bélicos que apenas os Estados Unidos, com sua abundância de recursos naturais, mão-de-obra atraída do mundo inteiro e capacidade industrial podiam fornecer. Essa situação possibilitou à ex-colônia uma condição privilegiada, que lhe garantiu os meios monetários para continuar sua expansão iniciada já na última quarta parte do século XIX, após a solução da guerra civil.

A vitória obtida sobre a Alemanha, no entanto, não assegurou o retorno do Reino Unido à hegemonia nas mesmas condições em que a exercia até então. Os créditos que o império britânico tinha com os Estados Unidos foram totalmente consumidos e, afinal, substituídos por um déficit em decorrência da compra de equipamentos e armas durante o conflito militar.

Portanto, o conflito mundial deu início a um processo de desgaste nos mecanismos de controle da liquidez que repousavam nas mãos do governo britânico desde o fim das guerras napoleônicas. De acordo com Galbraith, “A Primeira Guerra Mundial exauriu as reservas de ouro da Europa para comprar munições [...]. E levou o ouro para os Estados Unidos em tal proporção que ele se tornou exageradamente abundante para servir como dinheiro na América.” (1984, p. 186).

O conflito mundial também gerou uma situação extremamente confortável à balança comercial americana frente aos demais países europeus. A capacidade produtiva adquirida como oficina de guerra, colocou a economia dos Estados Unidos em um patamar de produção industrial muito superior a de seus principais concorrentes, o que lhe rendeu um crescente superávit. Além disso, seu balanço de pagamentos também se

equilibrou, pois as suas obrigações financeiras com os outros países equipararam-se aos direitos que detinha sobre as rendas produzidas mundo afora.

Nesse íterim, a ampliação da concentração de liquidez em domínios norte-americanos, decorrente principalmente da condição econômica ímpar de que gozavam no pós-guerra, conduziu a um aumento do poder e influência do capital financeiro nova-iorquino nas redes de altas finanças de Londres.

Assim foi que, enquanto a economia dos Estados Unidos crescia a um ritmo alucinante e ininterrupto nesse período, a economia mundial tornava-se cada vez mais dependente dos seus produtos e do seu dinheiro. Enquanto os Estados Unidos aumentavam sua produtividade de forma acelerada em relação aos demais países capitalistas, o sistema de pagamentos internacional aumentava sua dependência em relação ao dólar, ocasionando um crescente acúmulo de moedas estrangeiras nesse país e, por conseguinte, um forte desequilíbrio no sistema de pagamentos.

O excesso de liquidez em domínios norte-americanos provocou, a partir de meados da década de 1920, um surto na venda de papéis na bolsa de Nova Iorque, que acabou por abarrotar ainda mais os bancos de dinheiro e, dessa forma, facilitando enormemente o crédito à sociedade e ao sistema produtivo: “Essa era a situação real durante a Depressão. O dinheiro simplesmente se acumulava nos bancos; em pouco tempo, havia bilhões, que podiam ser emprestados mas não havia quem quisesse.” (Galbraith, 1984, p. 190)

O movimento especulativo originado do desequilíbrio no sistema de pagamentos levou ao cancelamento dos empréstimos externos oriundos dos Estados Unidos, tão fundamentais ao comércio mundial, nessa conjuntura, quanto o próprio produto a ser comercializado. A alta verificada no mercado de ações de Wall Street, em 1928, foi uma decorrência da especulação exacerbada que pôs fim aos empréstimos e investimentos estrangeiros e que jogou a economia estadunidense na depressão dos anos 30 do século XX.

É de extrema importância destacar que com o início dos conflitos interestatais no começo do século XX, o principal sustentáculo do controle das redes de comércio mundial pela Grã-Bretanha – o padrão ouro de conversibilidade – foi abandonado, e que, finalizado o conflito, as tentativas de restabelecê-lo não só não deram resultado, como acabaram por dilacerar por completo o sistema de livre comércio.

A afluência de capital da Europa, e particularmente da Grã-Bretanha para os Estados Unidos, tornava insustentável o padrão ouro de conversibilidade. Numa última

tentativa de seu salvamento, a pedido de Churchill o governo norte-americano reduziu os juros através do Sistema da Reserva Federal. Com isso esperava-se reduzir a atratividade sobre o capital especulativo europeu, pôr mais dinheiro em circulação no mercado interno americano e, conseqüentemente, provocar uma elevação nos preços de seus produtos, a fim de diminuir sua competitividade no mercado internacional.

No entanto, os efeitos de tais medidas, longe de salvar o padrão ouro, precipitaram seu fim, de forma colossal. Nas palavras de Galbraith:

“De uma concepção clássica, senão indevidamente simplista, a sua manobra (de Churchill) de voltar ao padrão ouro em 1925, o subseqüente salvamento da Grã-Bretanha por meio de taxas de juros baixos e dinheiro fácil em Nova York haviam sido a causa de tudo aquilo.” (idem, p. 209)

O colapso do padrão ouro, que ameaçava desarticular todo o comércio mundial tendo em vista a ação dos governos nacionais para proteger suas moedas, foi o catalisador dos acontecimentos que levaram ao *crash* nas bolsas de Nova Iorque, de 1929, e à Grande Depressão, de 1930.

Em decorrência da depressão do início da década de 1930, a classe trabalhadora mundial foi fortemente penalizada. Conforme se verifica na tabela 1, no ano de 1933 o índice de desemprego nas economias norte-americana e alemã assombrava não menos que 24% dos trabalhadores. E mesmo a economia japonesa, habituada a índices muito baixos, bateu próximo dos sete pontos percentuais um ano antes.

Tabela 1 – Desemprego em países selecionados de economia avançada – período 1930-1935, em % da PEA

ANOS	E.U.A.	CANADÁ	ALEMANHA	DINAMARCA	JAPÃO
1930	8,7	...	15,3	13,7	5,3
1931	15,9	11,2	23,3	17,9	6,1
1932	23,6	18,4	30,1	31,7	6,8
1933	24,9	20,5	26,3	28,8	5,6
1934	21,7	15,2	14,9	22,1	5,0
1935	20,1	14,9	11,6	19,7	4,6

Fonte: adaptado do STATISTICAL YEARBOOK, 1949-50.

Ora, o comércio internacional requer uma estabilidade que garanta às moedas participantes do sistema seu poder de compra, garantia que somente o padrão ouro poderia assegurar. Caso contrário, as economias tendem a fechar-se para o comércio

internacional. O abandono oficial do padrão ouro em 1931, aliado à depressão americana decorrente da febre especulativa do final da década de 1920, resultou num movimento protecionista nas economias nacionais que destruiu definitivamente as redes de comércio britânicas, que insistiam em sustentar sua hegemonia.

Convém destacar que o capitalismo de corporações norte-americano, baseado na integração vertical e administrado burocraticamente, constituiu-se no principal agente de destruição das estruturas de acumulação britânicas, e que o fez especialmente utilizando-se duplamente dos benefícios do protecionismo.

Resgatando Braudel, na esfera do *capitalismo propriamente dito*, entendido este como capital na sua forma monopolista, há uma relação simbiótica entre os governos e os capitalistas, na qual um age em benefício da expansão do outro. Ora, na medida em que controlavam o próprio Estado, as corporações beneficiavam-se primeiramente do protecionismo interno, pois este lhe permitia a sua integração continental doméstica, sem maiores preocupações com as pressões competitivas que solapavam os lucros.

As grandes corporações estadunidenses também se beneficiavam do protecionismo dos outros países, dada a sua capacidade de realizar investimentos externos diretos assim que completaram sua integração doméstica.

Depreende-se desses argumentos que o capitalismo de corporações verticalmente integradas e com administração burocrática foi não só agente de destruição do regime de acumulação britânico, na medida em que tensionava o governo norte-americano a adotar e manter o protecionismo, mas também de concentração da liquidez, da capacidade produtiva e do poder aquisitivo, que permitiu aos Estados Unidos suplantarem sua ex-metrópole.

A derrota sofrida pela Grã-Bretanha na esfera financeira constituiu-se, afinal, no prenúncio da derrocada final do regime de acumulação baseado no imperialismo do livre comércio, o que aconteceria na década seguinte, com a derrota também na esfera militar, durante a Segunda Guerra Mundial.

Portanto, observa-se que com a crise decorrente da intensificação da competição no sistema interempresarial, o capital passou a se acumular na esfera financeira e que o desemprego surge na economia-mundo como um subproduto dessas transformações.

2.2 A expansão material do CSA norte-americano: a meta do pleno emprego

O caos político e econômico da década de 1930, pode-se dizer, era fruto do vácuo de liderança, tanto nas novas formas organizativas da produção quanto nos mecanismos de poder no sistema interestatal. E isso estava colocando em risco a própria continuidade do capitalismo, mormente se considerarmos o sucesso do processo revolucionário ocorrido no leste europeu.

A manutenção do sistema capitalista sob um novo regime de acumulação, baseado nas grandes corporações integradas verticalmente e administradas burocraticamente, sob a liderança da superpotência norte-americana, pressupunha uma redistribuição dos meios monetários que possibilitassem o restabelecimento das redes de comércio mundial, que após a Grande Depressão e o conseqüente abandono do padrão de conversibilidade britânico fechou-se no interior das economias nacionais.

Como já mencionado anteriormente, a última fase do ciclo sistêmico de acumulação britânico foi marcada pela forte pressão competitiva provocada pelo aparecimento das grandes corporações alemãs e norte-americanas. O excesso de oferta de produtos *vis-à-vis* sua demanda, pressionava sobremaneira os lucros, levando o capital a buscar a segurança e a liquidez dos circuitos financeiros de Londres e de Nova York, especialmente deste último. Conseqüência direta do caos no sistema produtivo, o desemprego atingiu na média um quarto dos trabalhadores das economias avançadas no auge da crise.

Em meio a esta crise econômica sem precedentes até então, uma profusão de acontecimentos na Europa causou uma maior instabilidade política no mundo: os planos quinquenais soviéticos, a ascensão do nazismo alemão, o esvaziamento da Liga das Nações¹ constituíram-se em demandas que exigiam uma liderança mundial capaz de devolver a paz e a prosperidade de que o sistema carecia.

Esta foi a linha do discurso oficial de Roosevelt ao propor seu *new deal*. A concentração de dinheiro nos Estados Unidos alimentava a depressão econômica, a insegurança e a instabilidade política no mundo, e estes retro alimentavam a

¹ A Liga das Nações foi criada em 1920 e "tinha como finalidade promover a cooperação, paz e segurança internacional, condenando agressões externas contra a integridade territorial e a independência política de seus membros." (Piovesan *apud* Monteiro). Além desta finalidade, ainda estabelecia sanções econômicas e militares contra as violações das obrigações pelos Estados a serem aplicadas pela comunidade internacional. Apesar de oficialmente extinta em

concentração da riqueza nos Estados Unidos. Para romper este círculo vicioso era necessário que a liquidez fosse redistribuída.

O *new deal* de Roosevelt marca, portanto, os primórdios da expansão material do ciclo sistêmico de acumulação norte-americano, e seu conteúdo foi bem demarcado por Schurmann:

A essência do New Deal era a idéia de que os grandes governos deviam gastar com liberalidade para conquistar a segurança e o progresso. Assim, a segurança do pós-guerra exigiria uma certa liberalidade de desembolsos por parte dos Estados Unidos, a fim de superar o caos criado pela guerra. (...) A ajuda aos (...) países pobres teria o mesmo efeito dos programas de bem-estar social dentro dos Estados Unidos – dar-lhes-ia segurança para superar o caos e impediria que eles se transformassem em revolucionários violentos. **Enquanto isso, eles seriam inextricavelmente atraídos para o renascido sistema de mercado mundial. Ao serem introduzidos no sistema geral, tornar-se-iam responsáveis, tal como o tinham sido os sindicatos norte-americanos durante a guerra.** A ajuda à Grã-Bretanha e ao restante da Europa Ocidental reativaria o crescimento econômico, estimularia o comércio transoceânico e, desse modo, ajudaria a economia norte-americana a longo prazo. (...). (Schurmann *apud* Arrighi, 1996, p. 285 – grifo nosso)

Ciente de que os avanços da economia interna só se realizariam num quadro de crescimento econômico mundial, e que este era condicionado pela retenção do controle do dinheiro nas mãos dos capitalistas financeiros, o primeiro objetivo de Roosevelt logo no início de seu governo, em 1933, foi romper com a *haute finance*. A lei Glass-Steagall, que separou as atividades comerciais e de investimento dos bancos constituiu-se num passo decisivo nessa direção. Também data do início do mandato de Roosevelt o fim da conversibilidade do dólar em ouro e a desvalorização episódica do dólar para favorecer os produtos agrícolas norte-americanos.

A concepção do *new deal* deu origem ao que ficou conhecido internacionalmente como Estado de bem-estar social. Pelos princípios do Estado de bem-estar social *os governos utilizariam amplamente os instrumentos de política monetária e fiscal (aumento da massa monetária e das despesas do governo), a fim de fazer frente às crises cíclicas que se instalavam no capitalismo*. Além disso, assumiriam o papel de promotores do desenvolvimento, atuando na construção da infra-estrutura necessária ao pronto desenvolvimento das forças de mercado. Em contrapartida, seria admitido o convívio com alguma inflação, decorrente do aumento da massa monetária. Sobre o estado de bem-estar social e sua manifestação nos países periféricos e semi-periféricos falaremos mais adiante.

1946, na prática já não cumpria seu papel desde o rompimento da Alemanha e da Itália em 1936.

Voltando agora aos mecanismos que possibilitaram a expansão produtiva sob a hegemonia norte-americana, importa deixar claro que a redistribuição da liquidez objetivada pelo *new deal* era condição essencial para a recuperação das redes de comércio mundial. Lembremos que as economias nacionais haviam se fechado para o comércio mundial em virtude de, principalmente, perceberem a erosão do poder de compra de suas moedas frente ao dólar.

A reciclagem da liquidez, no entanto, implicava um choque com os interesses da elite financeira do país. Nesse sentido, os acordos estabelecidos em Bretton Woods, em 1944, representaram a continuação do processo de rompimento com a *haute finance* iniciado na década anterior. A partir desses acordos o controle e produção do dinheiro passaram para os domínios das economias nacionais, através de seus Bancos Centrais, coordenados pelas instituições criadas para esse fim: o FMI e o Banco Mundial. No entanto, na prática, era o Sistema da Reserva Federal dos Estados Unidos que comandava os mecanismos de controle do dinheiro dos principais países. Embora contrário ao interesse do governo norte-americano, Bretton Woods ressuscitou o padrão ouro e os princípios da moeda forte como resultado das pressões dos financistas, o que acabou se tornando um forte limitador para a redistribuição da liquidez, tendo em vista a tendência deflacionária inerente a este mecanismo.

Um outro obstáculo ao objetivo de redistribuição do dinheiro concentrado nos Estados Unidos era a natureza autocentrada² da economia norte-americana, na medida em que seu regime de acumulação estava baseado justamente na internalização do mercado mundial no âmbito das suas corporações transnacionais. Esta natureza, afinal, explica a recusa do congresso dos Estados Unidos em reconstruir o sistema de comércio mundial a partir de um organismo internacional como a Organização Internacional do Comércio, proposto por Roosevelt.

² O conceito de economia autocentrada foi desenvolvido por Samir Amim, para quem neste tipo de economia os vários setores produtivos envolvendo o capital e o trabalho “estão organicamente integrados numa única realidade nacional” (Arrighi, 1996, p. 290). Em oposição a este tipo de organização econômica, havia as economias extrovertidas, cujos laços de unidade entre os vários setores produtivos só se dava em escala mundial. No esquema de Amim, as economias autocentrada dizem respeito às economias centrais, enquanto que as extrovertidas, às economias periféricas. Arrighi utiliza-se do conceito para destacar a diferença fundamental entre o regime de acumulação britânico e o norte-americano: “No primeiro regime [britânico], a extroversão da economia nacional dominante e líder (a britânica) tornou-se a base de um processo de formação do mercado mundial em que os mais importantes ramos da atividade econômica britânica estabeleceram laços mais fortes de complementaridade com as economias dos países coloniais e estrangeiros do que uns com os outros. No regime norte-americano, em contraste, a natureza autocentrada da economia nacional dominante e líder (a norte-americana) tornou-se a base de um processo de ‘internalização’ do mercado mundial, no âmbito organizacional de corporações empresariais

Os investimentos diretos externos, por sua vez, desempenharam um papel extremamente secundário no que se refere à redistribuição do dinheiro dentro da economia-mundo. Apesar da capacidade de as grandes corporações mobilizarem fundos de investimentos – capacidade aliás estimulada pelo governo norte-americano na forma de concessão de garantias de câmbio, planos de seguro e isenções fiscais –, o controle de câmbio promovido pelos outros governos em virtude da escassez de capital era um desestimulante para as empresas, de modo que sua participação nesse processo foi muito pequena.

A consecução dos planos de redistribuição embutidos no *new deal* só foi alcançada após a hábil manobra do presidente Truman de creditar a instabilidade sistêmica às supostas pretensões de domínio comunista na Europa. Apoiado num discurso terrorista de risco iminente ao mundo e à própria nação norte-americana provocado pelas tendências expansionistas dos revolucionários de todo o mundo, Truman conseguiu mobilizar a sociedade e o congresso na empreitada de reorganizar o mundo ocidental à imagem e semelhança dos Estados Unidos.

Neste sentido, a guerra fria de Truman constituiu-se no espetacular veículo de redistribuição da liquidez concentrada nos Estados Unidos, e permitiu uma longa fase de prosperidade da economia mundial após o fim da Segunda Grande Guerra.

O primeiro instrumento utilizado a partir da “doutrina Truman” foi o Plano Marshall, em 1947, e visava reconstruir a Europa (e depois o Japão) nos moldes da sociedade norte-americana, inclusive e especialmente quanto à organização empresarial (o que mais tarde veremos constituiu-se no Calcanhar de Aquiles de sua hegemonia). No entanto, esse esforço foi ofuscado pela crescente rivalidade entre as economias nacionais, rivalidade decorrente das dificuldades nos balanços de pagamento dos países, na medida em que geravam escassez de dólares e o consequente “congelamento” do comércio mundial.

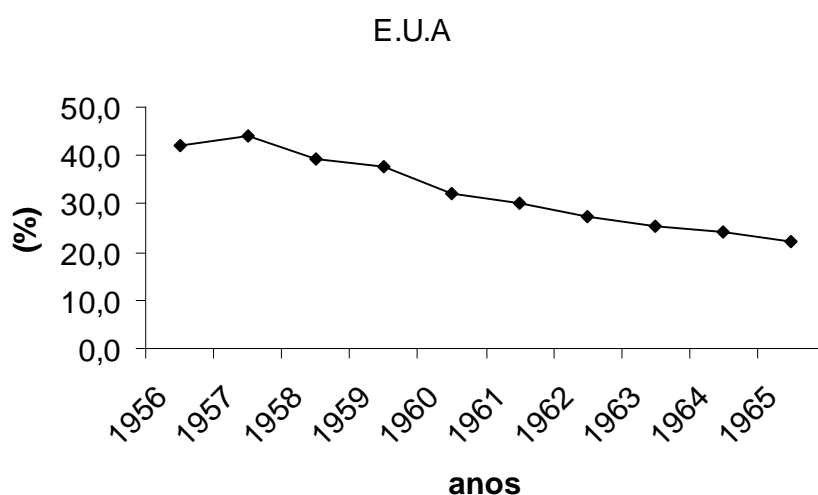
A doutrina Truman apoiou-se fortemente na teoria keynesiana, para a qual o governo deve ser generoso com os gastos públicos, a fim de garantir o pleno emprego e, com isso, evitar a recessão. Apoiado nesse princípio, Truman conseguiu distribuir a liquidez entre os principais países através do mais colossal esforço armamentista que o mundo já vira. A guerra na Coreia, no início da década de 1950, foi a ponta-de-lança de todo o programa. Este era baseado no keynesianismo militar de ajuda militar aos países

gigantescas, enquanto as atividades econômicas nos Estados Unidos continuaram organicamente integradas numa realidade nacional única [...]” (idem, grifo do autor)

(principalmente aos de economia avançada), sob o pretexto de combater o comunismo, e em gastos militares diretos feitos pelos Estados Unidos em qualquer parte do mundo ocidental que apresentasse sinais de insurgência política contra os princípios da democracia norte-americana.

O êxito obtido na reciclagem da liquidez concentrada em bancos novaiorquinos a partir desses instrumentos fica bastante destacado no gráfico 1. Se em meados da década de 1950 os Estados Unidos ainda detinham 42% do total do dinheiro excedente do mundo – apesar do Plano Marshall e dos investimentos externos diretos –, dez anos após esse número caiu para 22%.

Gráfico 1 – Concentração da liquidez internacional nos Estados Unidos – 1956-66



Fonte: Statistical Yearbook, 1966.

De fato, a partir de então a economia-mundo, sob a hegemonia dos Estados Unidos, passa por um longo período de prosperidade, onde a produção industrial cresceu aceleradamente nas economias centrais, e o desemprego manteve-se no nível do pleno emprego keynesiano. A tabela II confirma o desempenho da absorção da mão-de-obra em alguns países.

Tabela 2 – Desemprego em países selecionados – período 1948-1965 (em % da PEA)

Anos	Áustria	Bélgica	Canadá	Chile	Alemanha Ocidental	Irlanda	Estados Unidos	Reino Unido
1948	2,3	...	2,2	...	4,2	9,0	3,8	1,5
1957	4,7	3,9	4,6	...	3,4	9,2	4,3	1,5
1958	5,1	5,5	7,0	...	3,5	8,6	6,8	2,0
1959	4,6	6,3	6,0	...	2,4	8,0	5,5	2,2
1960	3,5	5,4	7,0	7,4	1,2	6,7	5,6	1,6
1961	2,7	4,2	7,1	6,7	0,8	5,7	6,7	1,5
1962	2,7	3,3	5,9	5,3	0,7	5,7	5,6	2,0
1963	2,9	2,7	5,5	5,1	0,8	6,1	5,7	2,4
1964	2,7	2,2	4,7	5,3	0,7	5,7	5,2	1,8
1965	2,7	2,4	3,9	5,4	0,6	5,6	4,6	1,5

Fonte: adaptado do Statistiacal Yearbook, 1966.

No Brasil, a expansão material do ciclo sistêmico de acumulação norte-americano ficou expressa no direcionamento dos esforços dos governantes rumo à industrialização. Esse movimento iniciou-se com a Revolução de 30 ao alijar do poder a oligarquia agrário-comercial, abrindo caminho para a renovação do modelo econômico a ser seguido. Dentro desse novo modelo, cabia ao Estado a defesa dos investimentos que a nascente elite industrial fazia na produção de bens de consumo manufaturados, o que foi conseguido com a proibição “[d]as importações de maquinarias para todas as indústrias consideradas em estado de superprodução”, a partir de março de 1931. De tal forma que “em 35 a produção industrial brasileira já era 27 por cento maior do que a de 1929 e 90 por cento maior do que a de 1925.” (Bresser Pereira, 1985, p. 35).

O nacionalismo de Vargas alavancou o processo de industrialização principalmente no transcurso de seu segundo mandato (1950/54), a partir do controle da infra-estrutura pelo Estado, mormente nos setores de transporte, comunicações e energia. Através da aplicação de uma política cambial que mantinha fixa a taxa do dólar e de um “sistema de prioridades” para as importações, que de um lado estabeleciam fortes restrições à importação de bens de consumo e, de outro, tornavam relativamente baratas as importações de equipamentos e matérias-primas, o governo promoveu um grande avanço rumo à industrialização (Bresser Pereira, 1985). Ou seja, *nesse período a ênfase da industrialização era a produção de bens de consumo manufaturados*, apoiando-se

firmemente na manipulação das taxas de câmbio, tendo em vista as restrições de Vargas ao capital estrangeiro.

O nacionalismo de Vargas cedeu lugar ao nacional-desenvolvimentismo de JK. O nacional-desenvolvimentismo estava embasado no tripé empresa privada nacional, capital estrangeiro e Estado. Este, atuando como “orientador dos investimentos através do planejamento”, promovia o crescimento econômico pela *implantação e expansão da indústria de bens de consumo duráveis*, induzindo a industrialização (Brum, 1999). O Plano de Metas, iniciado em 1955, tinha por objetivo fazer o país desenvolver-se “cinquenta anos em cinco”, através da canalização de investimentos estatais (principalmente) e privados nos cinco setores básicos da economia: energia, transportes e indústrias de base, alimentação e educação. Além destes ambiciosos objetivos havia ainda a chamada Meta Síntese – a construção da nova capital federal, Brasília.

Naturalmente que o financiamento para tão grandioso projeto não poderia estar restrito à débil poupança nacional. Uma boa parte desse financiamento adviria de investimentos estrangeiros, principalmente sob a forma de investimento direto externo. Mas essa era apenas uma parte. A outra parte seria obtida através da emissão de dinheiro pelo governo, o que passou a acelerar a tendência inflacionária ao final do governo de Juscelino Kubtschek.

Embora haja uma dificuldade extremamente grande de obtenção de dados a respeito do desemprego no Brasil nesse período, é plausível a consideração de um percentual muito pequeno da população economicamente ativa nessa situação. Até a década de 1930, a economia brasileira, baseada no modelo agrário-exportador, concentrava a maior parte da população no meio rural. Como se observa na tabela 3, em 1940 a população brasileira era de pouco mais de 40 milhões de pessoas, enquanto que em 1970 a população residente havia mais do que dobrado, passando dos 93 milhões. Dentro desse período registrou-se um enorme êxodo rural: em 1940, apenas 31,24% da população concentrava-se no meio urbano; 30 anos após, 55,92% tinha passado a viver neste meio. Deve-se ressaltar, além disso, que os períodos de maior aumento da população urbana foram registrados entre 1950 e 1970, com médias relativas de mais de 66%. Não por coincidência esse foi o período de mais forte industrialização do Brasil.

Tabela 3 – População residente total e percentual

Período	Total	Urbana	%	Rural	%
1940	41.236.315	12.880.182	31,24	28.356.133	68,76
1950	51.944.397	18.782.891	36,16	33.161.506	63,84
1960	70.070.457	31.303.034	44,67	38.767.423	55,33
1970	93.139.037	52.084.984	55,92	41.054.053	44,08
1980	119.002.706	80.436.409	67,59	38.566.297	32,41
1991	146.825.475	110.990.990	75,59	35.834.485	24,41
1996	157.070.163	123.076.831	78,36	33.993.332	21,64

Fonte: IBGE

Com o processo de modernização iniciado por Getúlio Vargas, a incipiente indústria nacional passou a carecer de uma quantidade de trabalhadores cada vez maior. Nesse sentido, Mattoso não deixa dúvidas da capacidade de absorção da mão-de-obra pelo setor industrial:

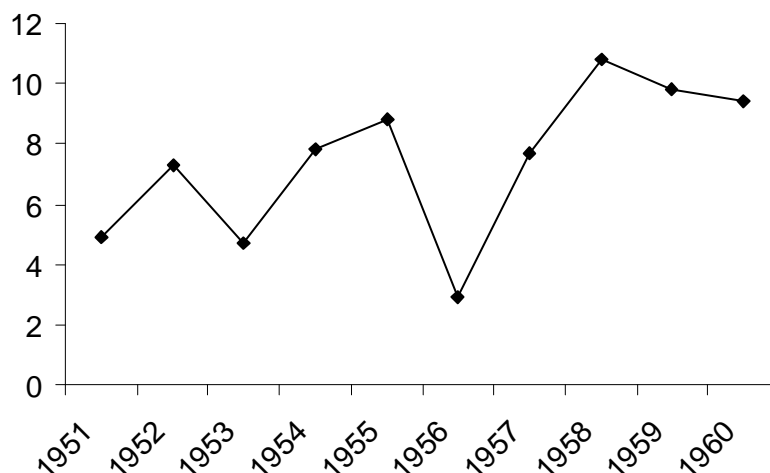
[A]o longo do século XX, e sobretudo no período após a Segunda Guerra Mundial, a partir de 1945, o país havia se transformado em uma economia urbana, industrial e com elevada geração de empregos formais, **capaz de incorporar ao mercado de trabalho parcelas significativas de uma população com elevado crescimento demográfico e com um extraordinário contingente de pessoas expulsas do campo.** (Mattoso, 2000, p. 9, grifo nosso)

A afirmação acima está em perfeita sintonia com o desempenho da economia brasileira na década de 1950. Conforme se observa na gráfico 2, o Brasil passou por um forte crescimento do produto interno bruto em praticamente todo o período, chegando a 10,8% em 1958, sendo que apenas no ano de 1956 situou-se abaixo dos quatro pontos percentuais.

A respeito disso, Bresser Pereira corrobora com a tese de que o desemprego nas regiões industrializadas do Brasil era pouco significativo nesse período, ao afirmar que

[P]ela primeira vez na história do Brasil, passamos a ter um problema sério de desemprego industrial. Desemprego disfarçado, subemprego, pessoal trabalhando nos campos e mesmo nas cidades em serviços marginais em que a produtividade marginal do seu trabalho é zero sempre houve no Brasil. Este, aliás, é um mal geral dos países subdesenvolvidos. Mas **desemprego aberto³ de pessoal que já se havia integrado na economia industrial do país, este nunca tivemos em escala considerável. Passamos a tê-lo no começo de 1965.** (1985, p. 124, grifo nosso)

³ O desemprego aberto ocorre quando as pessoas involuntariamente não conseguem se empregar e exercem pressão sobre o mercado de trabalho sem a realização de nenhuma atividade remuneratória. Uma outra modalidade, o desemprego oculto compreende a parcela de desempregados que vive de qualquer trabalho que lhe garanta algum rendimento – geralmente trabalho precário –, além daquela parcela que se encontra desestimulada a continuar na busca de emprego (desalento).

Gráfico 2 – Taxa de crescimento do PIB brasileiro na década de 1950 (%)

Fonte: Dados IBGE. Elaboração do autor

Resumidamente, a expansão material do ciclo sistêmico de acumulação norte-americano, que tem sua origem fincada no *new deal* de Roosevelt, na década de 1930, só foi possível com a redistribuição da liquidez proporcionada primeiro pelos planos de reconstrução da Europa, e depois, e numa escala ampliada, pela corrida armamentista desencadeada pelo discurso do inimigo comunista. Paralelamente, os governos das economias centrais do sistema-mundo passam a administrar suas políticas econômicas e monetárias no sentido de ampliação dos gastos públicos, a fim de perseguir o pleno emprego, colocando em segundo plano a preocupação com a inflação. A repercussão dessa política no Brasil fez-se através de um processo industrialização e de modernização da infra-estrutura econômica que provocou um crescimento espetacular do PIB por toda a década de 1950.

A expansão produtiva do regime de acumulação norte-americano, no entanto, chegou ao seu outono nos idos de 1968, quando a crise no balanço de pagamento norte-americano forçou a adoção de medidas que desaguiariam novamente na retração do comércio mundial. É sobre isso que falaremos no capítulo seguinte.

CAPÍTULO III

3. A EXPANSÃO FINANCEIRA DO CSA NORTE-AMERICANO

Vimos no capítulo anterior que a reaplicação do capital excedente nos circuitos produtivos e comerciais após a Segunda Guerra Mundial foi de tal magnitude que criou as condições para uma nova etapa de cooperação e de acordos tanto nas relações entre os Estados-Nação como entre os capitalistas, sob a liderança dos Estados Unidos. Disso resultou a fase de expansão material do CSA norte-americano, na qual as classes trabalhadoras de um modo geral obtiveram ganhos significativos de poder social e de rendimento, resultantes do baixo nível de desemprego.

Se compararmos o desemprego pré-Segunda Guerra com as taxas verificadas durante a expansão material das décadas de 1950 e 1960, verificaremos uma redução substancial do fenômeno neste último período. A fase de expansão material é, pois, a fase da prosperidade por excelência de cada um dos quatro ciclos sistêmicos de acumulação no esquema de Arrighi, e que também como nos ciclos sistêmicos anteriores, foi sucedida por uma fase de expansão financeira.

As expansões financeiras são, antes de tudo, frutos de uma reação característica do capital ao aumento das pressões competitivas intercapitalistas. Essas pressões competitivas ganham intensidade em épocas de grande expansão comercial e produtiva mundiais. Obviamente que tal tendência do capital, quando tornada sistêmica desarticula as bases econômicas do regime de acumulação vigente, levando o capital a abrigar-se na sua forma monetária. Como decorrência, os investimentos privados na produção decrescem aceleradamente e a economia-mundo, a partir do centro hegemônico, entra em uma fase de recessão.

Mas esta é apenas uma face da moeda. A outra face materializa-se na perda de poder relativo da nação hegemônica ante os demais Estados. Ocorre que à medida que o capital se desvincula dos processos produtivos e aloja-se nos meios financeiros, a produção do dinheiro foge do controle do Estado, e este passa a ter que disputar o capital excedente que antes estava ao seu dispor em abundância, a fim de financiar projetos de expansão econômica. Esse mecanismo acaba por criar as condições de demanda para a expansão financeira.

Com o fim da expansão material, as fontes de receita dos estados nacionais ficam seriamente comprometidas, e assim também sua capacidade de intervenção nos

efeitos desagregadores da coesão social. Essa dinâmica leva a um aumento na competição interestatal pelo acesso ao capital circulante, aumentando o poder das altas finanças (*haute finance*) na determinação das políticas macroeconômicas dos governos. Daí decorre o endividamento cada vez maior dos Estados e a sua conseqüente submissão aos interesses da *haute finance*. Tal roteiro de acontecimentos configura o que Arrighi designou de *crise sinalizadora* do fim da expansão material e início da expansão financeira.

Após a crise sinalizadora ter se manifestado, o Estado hegemônico tenta, através de diversos meios, internalizar os mecanismos de controle da liquidez mundial e garantir uma retomada da prosperidade sob comando das estruturas produtivas de sua classe capitalista. Afinal, ainda que em processo de decomposição, sua condição de centro hegemônico lhe garante acesso privilegiado ao capital circulante. Mas as tentativas de dar um novo impulso ao regime de acumulação que se desintegra estão associadas à forma financeira do capital, que impede uma nova rodada de expansão material sob a liderança da classe capitalista e Estado hegemônicos.

Esse foi o caminho percorrido por todos os regimes de acumulação na *longue durée* do capitalismo histórico e esse foi o caminho que conduziu o regime norte-americano à crise da década de 1970.

3.1 A crise dos anos 70 numa visão histórica

Conforme visto acima, as fases de expansão material de cada CSA são sucedidas pelas fases de expansão financeira. Esta é tipicamente a fase em que ocorre uma desarticulação sistêmica dos processos produtivos e comerciais que possibilitaram o período de prosperidade anterior. Dito de outra forma, para os nossos objetivos, é nessa etapa que se apresentam de forma contundente os elementos de desagregação social, notadamente o fechamento e precarização de postos de trabalho.

Para Arrighi, a expansão material do ciclo sistêmico de acumulação norte-americano chega ao fim entre 1968 e 1973, quando o sistema de controle do dinheiro mundial, baseado na articulação dos bancos centrais através do Federal Reserve, passa novamente às mãos privadas – como oitenta anos antes –, pondo fim à ordem monetária de Bretton Woods (1996). Essa perda do controle do dinheiro mundial deu-se como conseqüência direta da explosão dos fundos mantidos líquidos no mercado de

eurodólares. Na origem do problema estava a irrefreável competição, tanto no sistema interestados como no sistema intercapitalista.

3.1.1 A crise sinalizadora do CSA norte-americano

Lembremos uma vez mais que a alteração do “local” de reprodução do capital (da produção material para a financeira) ocorre sempre como uma “reação característica do capital à intensificação das pressões competitivas que decorreram, invariavelmente, de todas as grandes expansões do comércio e produção mundiais” (Arrighi, 1996, p. 309).

Mas de onde vinham essas pressões competitivas, se após a Segunda Guerra Mundial a capacidade produtiva dos Estados Unidos reinava soberana em meio ao caos nos demais países avançados da Europa?

No capítulo anterior mostramos que a expansão material do regime norte-americano foi centrada em dois eixos principais: a reconstrução da Europa à semelhança dos Estados Unidos e adoção do keynesianismo, em maior ou menor grau, por todas as regiões da economia mundial, a partir do centro hegemônico. Juntos esses eixos distribuíram a liquidez no interior do mundo ocidental.

As aplicações do Plano Marshall de reconstrução da Europa, bem como a política armamentista, exigiam a integração das diferentes economias européias. Disso resultou a criação do Mercado Comum Europeu, que por um lado atendia aos objetivos de poder do governo norte-americano, na medida em que integrava a Europa ocidental ao seu regime de acumulação; de outro lado, garantia campo aberto para as corporações estadunidenses transnacionalizarem seu capital na região.

Reconstruir a Europa implicava na “exportação” do modelo organizacional das corporações verticalmente integradas e burocraticamente administradas para o velho continente e suas antigas colônias. No início as corporações norte-americanas contaram com uma larga vantagem em relação às empresas européias na busca de mercados e fontes de insumos primários, obtida através de investimentos diretos externos e da internalização dos processos intermediários de produção. Mas à medida que as empresas européias e das antigas colônias passaram a organizar-se nos mesmos moldes das corporações “organizadoras” dos Estados Unidos, foram erguidas pelas empresas barreiras à entrada que limitaram uma nova rodada de expansão das empresas estadunidenses nos territórios europeus e nas antigas colônias. Mais que isso, as novas

corporações da Europa Ocidental passaram elas próprias a realizar investimentos diretos externos em volumes cada vez maiores, em franca rivalidade com a classe capitalista hegemônica pelas fontes de insumos e mercados mundiais.

Essa exacerbação da competição intercapitalista foi a principal responsável pela perda de controle do sistema monetário pelos mecanismos governamentais dos Estados Unidos. A transferência das empresas para solo europeu após a preparação do terreno pelo poder estatal norte-americano passou a adquirir ares de independência, configurando um conflito de interesses entre os capitalistas e o governo hegemônico. Quanto mais os governos tentavam restabelecer o controle sobre a migração do dinheiro daí resultante, mais autônoma tornava-se a ação das multinacionais. Exemplo claro disso foi a tentativa de Kennedy, em 1963, de impor restrições aos empréstimos e investimentos externos dos Estados Unidos na tentativa de manter o nível das reservas de ouro do país, então inferiores até mesmo às obrigações com os governos estrangeiros (Arrighi, 1996). Da tentativa resultou a fuga de capitais para os mercados monetários *offshore* da Europa em um volume imenso.

O mercado de eurodólares nasceu no início dos anos 1950 como uma solução para os países comunistas para a manutenção de um fundo em dólares que garantisse seu comércio com o ocidente, sem os riscos de retenção dos fundos pelos Estados Unidos. Mas já nos finais da década de 1950 converteu-se no destino de uma grande quantidade de bancos de Nova York, tendo em vista as garantias que ofereciam de não intervenção pelos bancos centrais dos países na movimentação do capital.

Além disso, o desvio de capital da esfera produtiva para a liquidez mantida nos mercados de eurodólares também foi o resultado da ação do aumento no preço dos principais insumos durante toda a década de 1960. Esses aumentos se intensificaram entre 1968 e 1973, quando ocorreram **aumentos significativos dos salários e dos preços do petróleo**.

O quadro de prosperidade ocorrido a partir da segunda metade da década de 1940, com forte crescimento econômico e baixo desemprego, com o passar do tempo manifestou a tendência de melhorias salariais e fortalecimento dos sindicatos. À medida que aumentaram os salários, numa situação de quase pleno emprego, os sindicatos passaram a lutar por melhores condições de trabalho, menores jornadas, aumentos salariais, etc., o que acabava por reduzir a produtividade marginal das empresas e, conseqüentemente, a sua lucratividade (Singer, 1979).

Por sua vez, o choque do petróleo ocorrido em 1973 – resultado da crescente disputa pelas fontes energéticas entre os principais países capitalistas (destacando-se EUA, países europeus ocidentais e o Japão) – elevou em muito os custos de produção das empresas, pressionando ainda mais as suas lucratividades (Arrighi, 1996). Os reflexos se fizeram sentir de imediato em todas as economias avançadas, o que se pode constatar pelos índices de crescimento do PIB, na tabela III. No caso dos Estados Unidos, a queda é impressionante, saindo de um crescimento de 5,9%, em 1973, para amargar um recuo de meio ponto percentual no ano seguinte.

Tabela 4 – Taxa de Crescimento anual do PIB entre 1971 e 1982 (vários países)

Anos	Bélgica	França	Alemanha Ocidental	Reino Unido	Canadá	Estados Unidos
1971	3,8	4,8	3,3	2,0	5,6	3,5
1972	5,3	4,4	4,1	3,6	5,4	5,6
1973	6,1	5,4	4,6	7,1	6,9	5,9
1974	4,2	3,1	0,5	-1,4	3,6	-0,5
1975	-1,3	-0,3	-1,0	-0,5	1,8	-0,2
1976	5,7	4,2	5,0	2,7	5,2	5,4
1977	0,6	3,2	3,0	2,4	3,4	4,7
1978	2,8	3,4	3,0	3,3	3,9	5,6
1979	2,3	3,3	4,2	2,7	3,8	3,2
1980	4,5	1,6	1,3	-2,1	2,1	-0,2
1981	-0,3	1,2	0,1	-1,4	3,0	2,5
1982	0,6	2,6	-0,8	1,9	-2,9	-2,0

Fonte: OCDE, elaboração própria

Após um período de recuperação entre 1976 e 1978, em muito estimulado pela desvalorização do dólar que veremos a seguir, o segundo choque do petróleo, em 1979, joga a economia norte-americana em uma nova fase recessiva, cujos desdobramentos se fariam sentir com intensidade, especialmente nos países da periferia do sistema.

Ou seja, de um lado havia fortes pressões competitivas entre os capitalistas já organizados em corporações do estilo norte-americano que, ao se reduzir significativamente a lucratividade em vista do crescente aumento nos custos dos insumos primários, levaram o capital a buscar maiores lucros no circuito financeiro, principalmente no mercado *offshore* de Londres. De outro lado, os gastos cada vez maiores com a manutenção do Estado de bem estar social nascido das cinzas do regime britânico e com a corrida armamentista passaram a pressionar a capacidade financeira dos Estados Unidos, a ponto de suas reservas de ouro não serem suficientes sequer para

cobrir suas obrigações com os Estados estrangeiros. Esse processo resultava em perda de prestígio e poder da nação hegemônica no sistema interestados.

Ora, dessa conjunção de fatores resultou a perda de controle da liquidez mundial pelos mecanismos criados em Bretton Woods – quais sejam, os bancos centrais dos principais países, sob coordenação do Federal Reserve dos Estados Unidos. Nas palavras de Andrew Walter: “Londres recuperou sua posição central nos negócios financeiros internacionais, mas esses negócios baseavam-se no dólar, e **os principais protagonistas eram os bancos norte-americanos e seus clientes.**” (*apud* Arrighi, 1996, p. 319 – grifo nosso)

Decorrente dessa conjuntura, o fim do padrão ouro-dólar de conversibilidade em 1971 foi uma tentativa de neutralizar os mecanismos que solapavam o controle do dinheiro por Washington. A partir de agora os governantes norte-americanos podiam gastar com liberalidade a fim de manter sua pesada estrutura de domínio, sem a necessidade de que seu dinheiro impresso tivesse equivalência com suas reservas de ouro. Destaque-se que o dólar era a única moeda capaz de atender às necessidades das redes de comércio internacional. Ou seja, ainda que tenha se desgarrado de seu lastro histórico, o dólar norte-americano continuava gozando de crédito no sistema interestatal e interempresas. A tabela III mostra a evolução da oferta monetária pelo Banco Central do EUA e nos permite observar o forte crescimento da oferta monetária nos anos de 1971 e 1972, respectivamente 13,4% e 13,1%.

Tabela 5 – Crescimento da oferta monetária nos Estados Unidos no período de 1967-1973

Ano	Bilhões de US\$	Aumento Percentual
1967	533	-
1968	577	8,3
1969	594	3,0
1970	641	7,9
1971	727	13,4
1972	822	13,1
1973	893	8,6

Fonte: The Economic Report of the President in Magdoff, 1978, p. 41

Essa política monetária frouxa atendeu aos interesses da classe capitalista estadunidense de duas maneiras. Primeiro ao estimular o aumento nos volumes de

importação do petróleo e do estabelecimento de um preço máximo para o produto que era extraído internamente, o que garantiu não só o abastecimento interno em abundância de fontes de energia, como também vantagens de custo às empresas estadunidenses. Em segundo lugar e particularmente importante, a enxurrada de dólares na economia-mundo foi seguida da desvalorização dessa moeda, e a partir de 1973 o regime de taxas de câmbios fixas foi abandonado. Com isso, as exportações norte-americanas ganharam um grande impulso frente às suas importações, e as empresas uma grande vantagem na luta por mercados compradores.

No entanto, por mais que as autoridades monetárias norte-americanas se esforçassem para induzir o investimento na produção e no comércio, apenas uma parcela dos lucros era destinada a tal fim. Uma grande parte ia mesmo parar no mercado de eurodivisas, aumentando a oferta privada de dólares.

O regime de taxas de câmbio flutuantes, ao mesmo tempo em que deu um novo fôlego à produção de mercadorias, também se constituiu em mais um fator estimulante da financeirização, pois a flutuação das taxas de câmbio em que eram cotadas as receitas e os pagamentos das empresas, no cotidiano gerava instabilidades ao capital comercial das corporações e obrigava-as a protegerem-se dos déficits de conversão no mercado de capitais de diversos países:

as taxas de câmbio flutuantes e voláteis, aumentando os riscos das multinacionais, tornaram-nas, reativamente, ainda mais “multinacionais”. Mas a estratégia de longo prazo daí decorrente [tendeu], por sua vez, a aumentar suas necessidades de curto prazo, para se precaverem contra os riscos das taxas de câmbio, com isso contribuindo ainda mais para o volume de transações no cassino financeiro. (Strange *apud* Arrighi, 1996, p. 321)

Fruto dessa excessiva oferta de dólares públicos e privados, o sistema interbancário vê instalar-se em seu interior uma forte disputa pelos mercados (leia-se países) receptores dos empréstimos, que levou a um *significativo rebaixamento dos critérios de fiança* e, assim, comprometendo a saúde financeira não só do governo como dos capitalistas norte-americanos.

3.1.2 A crise terminal do CSA norte-americano

Estava claro, portanto, que o capital financeiro havia adquirido uma autonomia ingovernável após o abandono do regime de taxas de câmbio fixas e do 1º choque do petróleo, e isso ficou patente com a remoção de uma grande massa de dinheiro para “paraísos fiscais” pelos bancos após as tentativas do Grupo dos Dez (países

capitalistas mais importantes) de regular a movimentação do capital no mercado *offshore* de Londres. Diante de tais circunstâncias – capacidade extraordinária de produção de dinheiro mundial pelo setor privado e incapacidade dos governos dos países capitalistas em tutelar essa produção e sua movimentação – não restou alternativa ao governo dos Estados Unidos que substituir seu compromisso com as questões sociais pela “aliança memorável” com o capital, cujo resultado foi a adoção de uma rigorosa política monetária e a retomada da capacidade de produção do dinheiro mundial. Porém, esta se daria agora *a partir das instituições privadas norte-americanas*.

A substituição das políticas econômicas keynesianas por uma nova orientação de cunho monetarista – leia-se ajuste fiscal e recomposição do regime de taxa de câmbio fixa – no final da década de 1970, resultou da crescente perda de poder dos Estados Unidos junto às demais jurisdições políticas, perda de poder esta que estava associada de um lado, à crise de confiança no dólar norte-americano, e de outro, à crise da hegemonia nas esferas militar e ideológica. Ambas estavam inseridas no período compreendido entre 1968 e 1973.

A crise de confiança no dólar, conforme visto anteriormente, foi um produto do descontrole por parte dos Estados Unidos da emissão dessa moeda. Lembremos que a partir de 1950, os gastos realizados na reconstrução da Europa e do Japão, a manutenção de bases militares espalhadas pelo mundo, o financiamento de guerras em determinadas regiões, assim como as ajudas econômicas prestadas a alguns países amigos, formaram um duto por onde escoou uma grande massa de dólares para fora dos domínios norte-americanos (Magdoff, 1978).

As crises militar e ideológica do regime estadunidense, por seu turno, foram precipitadas pela derrota sofrida por este país na Guerra do Vietnã⁴, mas suas causas estavam relacionadas a dois fatores preponderantes na estrutura de poder norte-americano. Um dos fatores era o discurso anticomunista, que houvera obtido incontestável sucesso na superação do caos sistêmico que marcou a derrocada do regime de acumulação britânico e batizado uma nova ordem após o segundo conflito mundial, mas que – até em função desse sucesso – já não mobilizava apoio interno para que os

⁴ A Guerra do Vietnã ocorreu em dois períodos distintos. No primeiro a luta foi travada contra os colonialistas franceses pelas forças nacionalistas vietnamitas, sob orientação do Viet-minh (a liga vietnamita), entre 1946 e 1954. No segundo período, os Vietcongs (nacionalistas e comunistas) enfrentaram as tropas de intervenção norte-americanas, entre 1964 e 1975. Em 1969 cerca de 540 mil soldados foram enviados pelos Estados Unidos para o combate, que se utilizou de poderoso arsenal bélico, inclusive bombas Napalm. Embora em 1973 as tropas norte-americanas tenham se retirado da região, a

Estados Unidos continuassem a gastar dinheiro e perder vidas nessa causa, nem apoio externo à expansão do seu poderio mundial. O outro fator que passou a abalar a estrutura militar e ideológica dos Estados Unidos foi o tensionamento vindo dos países do Terceiro Mundo por uma soberania plena, que lhes garantisse dispor a seu critério de suas riquezas naturais. Como se sabe, o regime norte-americano sempre esteve baseado num padrão de consumo elevado e difundido entre as massas. O espraioamento desse modelo para todas as regiões centrais da economia-mundo, assim como a corrida armamentista durante a guerra fria, passaram a exercer forte pressão sobre as reservas de insumo primário mundiais. E não é só isso: o regime de acumulação norte-americano, baseado na expansão transnacional das suas empresas, condicionava a manutenção do poder aquisitivo dos países do primeiro mundo ao sucesso das suas corporações em termos de exploração dos recursos minerais e de mão-de-obra dos países periféricos. Ou seja, o controle das principais reservas de insumos primários pelos países do Terceiro Mundo, aliado às suas lutas por soberania, acabaram por configurar-se como elementos extremamente perturbadores da estabilidade do sistema, na medida em que a utilização desses meios pelas corporações transnacionais dos países centrais tendia a tornar-se muito mais restrita a partir de então. Essa situação levou a um aumento significativo no poder aquisitivo dos países do Terceiro Mundo, e também do Segundo (países socialistas), principalmente após a reciclagem dos Petrodólares, sob a forma de empréstimos a estes países.

Portanto, a perda de poder mundial dos Estados Unidos, caracterizada pela crise de confiança no dólar, crise militar e ideológica, conduziu o governo deste país a uma nova aliança com os capitalistas financeiros, o que resultou na *belle époque* da era Reagan. Esse período teve início em 1979, no governo Carter, mas foi muito intensificado no governo Reagan, a partir de 1980. Seus fundamentos eram: o restabelecimento da confiança no dólar como moeda internacional e, como já dito, a recentralização do dinheiro mundial nos Estados Unidos sob o controle privado. Os instrumentos utilizados para tal fim partiram do “enxugamento” da massa de dólares internamente aos Estados Unidos, e avançaram rumo à elevação da taxa de juros interna acima da inflação, à desregulamentação da movimentação do capital, ao brutal endividamento do Estado norte-americano e, por fim, à retomada da Guerra Fria com a

guerra prosseguiu por mais dois anos entre o Vietnã do Norte (socialista) e o Vietnã do Sul (pró-capitalista), com a vitória dos socialistas, que em 1976 promoveu unificação do país.

União Soviética, esta levando a uma nova rodada da competição interestatal pelo capital circulante.

A partir da adoção dessas políticas os Estados Unidos conseguiram retomar o controle sobre o comércio mundial. A queda brutal de suas compras nos países periféricos, decorrente da estabilização monetária ancorada no dólar imposto pelas agências multilaterais a estes países, detonou uma grave crise nas balanças comerciais terceiro-mundistas. Após a explosão dos juros internacionais, desencadeada pela elevação dos juros norte-americanos por Paul Volker, presidente o Federal Reserve, em 1979, os países periféricos e semi-periféricos viram-se numa situação de quase falência ao fazerem vultosos pagamentos de amortização das suas dívidas. Segundo Arrighi (1996, p. 335), “os pagamentos latino-americanos de juros da dívida [...] subiram de menos de 1/3 de suas exportações, em 1977, para quase 2/3 em 1982”.

A conjuntura internacional despontada com a era Reagan conformou-se diametralmente oposta àquela que perdurou entre 1973 e 1979 (ano em que ocorreu o segundo choque do petróleo), quando a oferta de liquidez era abundante e barata. Embora a oferta continuasse abundante após 1980, a crise no comércio mundial e a elevação da taxa de juros internacionais constituíram-se em verdadeiros garrotes a estrangular as possibilidades de crescimento dos países devedores. É disso que trataremos no último capítulo desta pesquisa, quando também discorreremos sobre seus efeitos no mercado de trabalho.

CAPÍTULO IV

4. O DESEMPREGO NO BRASIL DURANTE A EXPANSÃO FINANCEIRA DO CSA NORTE-AMERICANO

A retomada do controle do comércio mundial pelos Estados Unidos, bem como a recentralização da liquidez e dos mecanismos de produção do dinheiro mundial em domínios norte-americanos, constituem o pano de fundo que explica a grave crise no mercado de trabalho ocorrida no Brasil (e no mundo) nos anos 1990. De um lado, uma grave crise comercial que desestabiliza a balança comercial dos países periféricos; de outro, um crescente endividamento externo por parte destes, cujo objetivo é o financiamento dos déficits acumulados na balança de pagamento. Objetivo este cada vez menos possível de ser alcançado, especialmente após a elevação nas taxas de juros internacionais em 1979.

A compreensão dos argumentos acima expostos exige, entretanto, que retornemos ao início da década de 1970, período em que se deu o agigantamento da dívida externa brasileira.

4.1 A década de 1970 e a ilha de prosperidade

Durante a década de 1970, a economia mundial entrou em mais uma crise de acumulação, caracterizada pela escalada do processo inflacionário e, concomitantemente, pela retração econômica. No Brasil, a despeito do que ocorria no resto do mundo, tanto a inflação como a conjuntura internacional recessiva foram ignorados pelos governantes. A opção por dar continuidade à expansão do crescimento econômico a partir do financiamento externo resultou na aguda perda de autonomia dos países devedores – particularmente o Brasil – frente aos credores internacionais no que se refere à adoção de políticas macroeconômicas, no início da década seguinte.

O Primeiro Choque do Petróleo, ocorrido em 1973, provocou um grande revés na economia mundial. Sendo os países de economia avançada fortemente dependentes dessa fonte energética, a quase quadruplicação do preço do petróleo provocada pela OPEP provocou a transferência de “cerca de 2% da renda mundial” em favor dos países exportadores dessa matéria-prima (Carneiro, 1992). Com isso, não só foi verificada uma tendência à inflação, como também uma retração no comércio

mundial, levando os países centrais à recessão. A partir da tabela 5 é possível observar o reflexo da crise nos índices inflacionários. Nos Estados Unidos, por exemplo, que em 1973 registrou uma variação nos preços de 8,8%, em 1974 apresentou um índice de aumento nos preços de 12,2%, uma variação relativa de mais de 38% em relação ao ano anterior. Variações ainda maiores foram observadas nos países periféricos. Na América Latina para os países selecionados, apenas o Chile apresentou recuo nos índices de preço, embora estes já estivessem em níveis estratosféricos.

Tabela 6 – Variações percentuais dos preços ao consumidor (vários países)

Países	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
Alemanha	7,8	5,9	5,4	3,9	3,5	2,5	5,7
Brasil	13,7	33,8	31,2	44,8	43,1	38,1	76,0
Canadá	9,1	12,4	9,4	5,8	9,4	8,5	9,3
Chile	508,0	379,9	340,7	174,3	63,5	30,3	36,8
E. U. A.	8,8	12,2	7,0	4,8	6,8	9,1	12,2
França	8,4	15,2	9,6	9,9	9,1	9,7	11,3
Itália	12,6	24,5	11,2	22,0	14,1	11,6	16,9
Reino Unido	10,6	19,2	24,9	15,1	12,2	8,4	17,2
Venezuela	5,7	12,2	8,0	7,0	8,1	7,0	12,3

Fonte: Revista Conjuntura Econômica, fev/1980

Um outro fator que contribuiu fortemente para a recessão em nível mundial foi o abandono do regime de taxas de câmbio fixas pelos Estados Unidos e a desvalorização do dólar no mesmo ano (1973), que causaram graves prejuízos ao comércio internacional.

O ano de 1973 também marcou, no Brasil, o fim do período mais duro do regime militar após sua instauração em abril de 1964. O governo Medici conseguira entorpecer a nação – que desde 1969 passara a conviver com uma forte censura e com as torturas do regime – apresentando à sociedade elevadas taxas de crescimento econômico – de 12 por cento ao ano, aproximadamente – com inflação relativamente baixa.

Essa era a conjuntura política e econômica no Brasil quando Geisel assumiu a Presidência da República, em 1974. De um lado uma crise política que colocava em campos opostos os militares que queriam a continuidade de um governo forte e de imposição, a exemplo do que fora o governo que se findava, e aqueles cujas pretensões

eram dar início ao processo de distensão e ampliação do diálogo social, liderados pelo General Ernesto Geisel.

De outro lado, uma forte recessão na economia mundial a impor novas restrições ao comércio externo. A fragilidade do processo de distensão tornava muito difícil a adoção de políticas macroeconômicas restritivas, conforme explica Carneiro:

As limitações a que estaria sujeita a política econômica no período pós-milagre far-se-iam sentir desde os dias preparatórios da estratégia do Governo Geisel. Já nas instalações provisórias do Largo da Misericórdia, a ordem de escolha dos ministros sugeria procedência para o equilíbrio político sobre a nitidez da rota econômica. Isso denunciava que não obstante a firmeza de propósitos do novo presidente, sua vontade férrea havia conferido prioridade à abertura política, então cuidadosamente denominada de distensão. (*in* Abreu et al, 1992, p. 297)

Assim é que o Governo Geisel decidiu-se por não interromper a trajetória de crescimento econômico. A opção pela aceitação dos déficits na balança comercial revelava a disposição do governo de rejeitar os ajustes recessivos e de recorrer às fontes internacionais que, conforme visto no capítulo anterior, ansiavam por mercados destinatários para seus fundos mantidos líquidos. Como consequência, a elevação do endividamento externo brasileiro atingiu a cifra de US\$ 21.171 milhões em 1975, sendo que apenas dois anos antes não passava de US\$ 12.572 milhões (Bresser Pereira).

Contudo, isso não significava que o governo ignorasse por completo a questão da inflação. Ao contrário, as políticas adotadas no período de 1974/79 representavam uma combinação da vertente keynesiana, predominante até então, com políticas de controle da demanda, conforme explica Bresser Pereira:

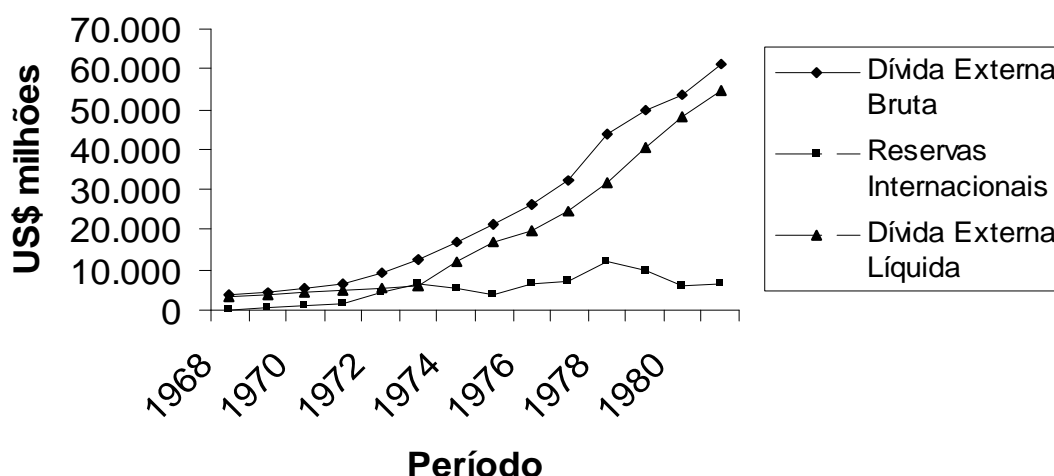
Embora as autoridades monetárias adotassem um discurso teórico basicamente neoclássico e monetarista, na prática adotaram uma política de meio termo, em que os instrumentos monetários e fiscais de política macroeconômica, de caráter basicamente keynesiano, eram combinados com instrumentos de controle administrativo, como o controle de preços via CIP (comissão Interministerial de Preços), o controle de taxa de câmbio via política de minidesvalorização (iniciada com excelentes resultados ainda em 1967), o controle de juros e aluguéis via correção monetária, e o controle dos salários. (1985, p. 237)

Desse híbrido resultou as políticas de *Stop and Go* que marcaram o restante da década de 1970, e que pressupunha o contingenciamento periódico da inflação a partir de surtos de contenção do crescimento.

Ao mesmo tempo em que se utilizava da política de curto prazo para contenção alternada da demanda e dos preços, o governo anunciava sua estratégia de longo prazo calcada no objetivo de promover a substituição das importações de insumos básicos e bens de capital com a aprovação do II Plano Nacional de Desenvolvimento, cuja estratégia era o desenvolvimento nos setores de siderurgia, metais não-ferrosos,

petroquímica e fertilizantes. A imensa inversão estatal para a consecução do projeto se faria principalmente com um maior endividamento externo. A evolução da dívida externa daí decorrente pode ser observada no gráfico 3, que mostra uma elevação bastante acentuada a partir de 1973.

Gráfico 3 – Evolução da dívida externa brasileira no período de 1968-1982 (em milhões de dólares)



Fonte: Revista Conjuntura Econômica

O último ano de política expansionista do regime militar aconteceu entre a 2ª metade de 1979 e meados do ano de 1980. A elevação da inflação e o descontrole da dívida externa foram, em parte, consequência do Segundo Choque do Petróleo ocorrido em 1979, mas também foram consequência da abrupta substituição das políticas monetárias frouxas por outras extremamente rigorosas nos Estados Unidos, promovida por Paul Volker, em outubro de 1979, com o objetivo de restringir a oferta de dólares e elevar a taxa de juros nos mercados financeiros.

Num contexto como esses a prudência ortodoxa sugere a adoção de medidas contracionistas, a exemplo do que já acontecia nas economias desenvolvidas. No entanto, atendendo às pressões dos capitalistas nacionais, o presidente que tomou posse em 1979, o General Figueiredo, optou por fazer frente à crise internacional adotando políticas expansionistas. Em agosto do mesmo ano Delfin Netto assume o Ministério da Fazenda com a missão de reeditar o “milagre econômico” do final da década de 1960.

Contudo, o quadro de endividamento externo e de desequilíbrio orçamentário confirmaram-se como poderosos obstáculos à consecução dos objetivos. De tal sorte que

a partir de 1980 os banqueiros internacionais passaram a condicionar a rolagem da dívida e a concessão de novos créditos à adoção de políticas que garantissem superávits no balanço de pagamento e, conseqüentemente, o pagamento dos empréstimos realizados.

O abandono definitivo do keynesianismo no Brasil levou o país a uma brutal recessão. Em 1981 a taxa de crescimento do PIB foi negativa, -4,3%, enquanto que o desemprego saltou para 4,3% da PEA. A taxa de juros interna elevou-se em 30% em termos reais.

Tabela 7 – Taxas de evolução do PIB e do desemprego no Brasil - período 1976-1985 (em %)

Anos	PIB (%)	Desemprego (%)
1976	10,2	1,8
1977	4,9	2,3
1978	4,9	2,4
1979	6,8	2,8
1980	9,3	...
1981	-4,3	4,3
1982	0,8	3,9
1983	-2,9	4,9
1984	5,4	4,3
1985	7,8	3,4

Fonte: OIT; IBGE

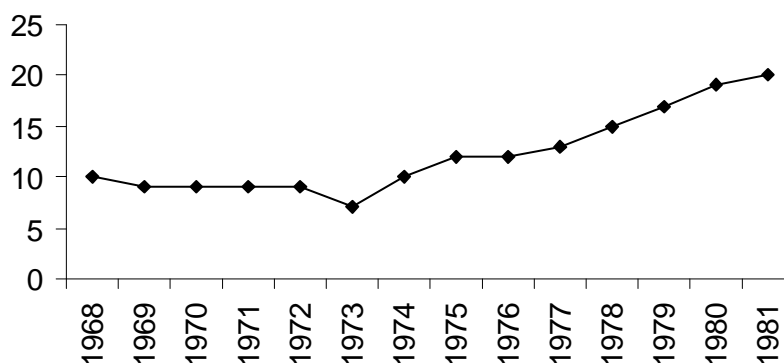
Portanto, a crise que assola o Brasil no limiar da década de 1980 está diretamente vinculada ao processo de financeirização ocorrido a partir do final da década de 1960, decorrente da exaustão do regime de acumulação norte-americano. A oferta de dólares a baixo custo por parte dos mercados de eurodólares para financiar os projetos de industrialização nos países do Terceiro Mundo configurou-se ao final no principal gargalo da continuidade da trajetória desenvolvimentista. A abrupta adoção de políticas monetaristas por parte do presidente do Federal Reserve, Paul Volker, em 1979, que fizeram elevar os juros “em um nível inédito em tempos de paz, [...] impedia países fortemente endividados de servir seus débitos” (Singer, 2005). Na prática, o que ocorreu foi que do crescente endividamento externo possibilitado pela enorme liquidez mantida nos mercados de eurodólares, e da dependência estrutural desses recursos para

fechamento das contas externas, os governantes brasileiros perderam autonomia para aplicação de estratégias de desenvolvimento diversas das que atendessem aos interesses das instituições de créditos internacionais, gerenciadas pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial.

4.2 A desestruturação do mercado de trabalho no Brasil

Fruto da imposição dos credores internacionais, os países da América Latina iniciam a década de 1980 aplicando políticas de ajuste, com restrição da oferta monetária e adoção de um programa econômico orientado à obtenção de superávits nas suas balanças comerciais. Em decorrência, esses países ingressaram numa fase de estagnação econômica que deu início a um processo de desestruturação do mercado de trabalho, caracterizado pelo aumento da informalidade, diminuição da capacidade de geração de novos empregos regulares, queda no poder aquisitivo dos salários, aumento da subutilização da força de trabalho, entre outros (Pochmann, 1999).

Como já visto, no final da década de 1970, enquanto os países centrais entravam numa nova fase de recessão, no Brasil os governantes pretenderam provocar uma nova rodada de crescimento econômico através da aplicação de políticas expansionistas combinadas ao uso de mecanismos de controle de preço, para tentar segurar a inflação. A maxidesvalorização do cruzeiro em 30%, em dezembro de 1979, não só provocou graves prejuízos para as estatais como ateou lenha nas chamas da inflação (Bresser Pereira, 1985). Nesse quadro a taxa de juros interna teve um importante recuo e, de fato, o PIB teve um crescimento de 8% no primeiro semestre de 1980. No entanto, o déficit na balança comercial atingiu um patamar exageradamente alto – US\$ 3,4 bilhões de dólares – enquanto que a dívida (bruta) atingiu o montante de US\$ 53,8 bilhões de dólares no final do ano (idem). O gráfico 4 mostra o progresso do comprometimento do produto em função da dívida líquida do setor público. Em 1968 esse comprometimento equivalia a 9,8% do PIB, enquanto que em 1981 esse percentual mais que dobrou, ficando em 20,46%.

Gráfico 4 – Dívida Líquida do Setor Público (em % do PIB)

Fonte: Revista Conjuntura Econômica

O estado crítico da economia brasileira, que vinha apresentando déficits seguidos na balança comercial, levando a que em 1979 e em 1980 o balanço de pagamentos apresentasse déficits respectivos de US\$ 3.214,9 milhões e US\$ 3.471,6 milhões, justificou a exigência de aplicação de políticas de ajuste feitas pelas organizações multilaterais de crédito, notadamente o FMI.

Foi assim que em 1980 o então Ministro da Fazenda Delfim Netto voltou de uma viagem portando na mala uma receita amarga para a sociedade. Nas palavras de Bresser Pereira:

Depois de uma série de viagens infrutíferas ao exterior, e dada a **pressão cada vez maior dos banqueiros internacionais no sentido de uma política econômica mais austera**, em novembro de 1980 o Ministro Delfim Netto anuncia uma drástica mudança na política econômica. (1985, p. 243, grifo nosso)

As políticas de contenção da oferta monetária, desregulamentação do capital financeiro, arrocho salarial e de produção de superávits adotadas a partir de então, provocaram uma forte estagnação na atividade econômica que veio acompanhada de altas taxas de inflação.

A desestruturação do mercado de trabalho ocorrida após 1980 foi uma consequência direta do desaquecimento econômico provocado por essas medidas de ajuste. É importante salientar que no período compreendido entre 1940-80 houve um avanço significativo nas relações formais de trabalho no Brasil decorrente do processo de

industrialização então em curso. A partir daí ocorreu a institucionalização das relações de trabalho por meio de um conjunto de normas legais estabelecidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em junho de 1943. Contudo, apesar do avanço representado por essas novas condições, o trabalho no Brasil não adquiriu a homogeneização característica dos países desenvolvidos “onde 80% da PEA urbana eram assalariados; nos quais, através de muitas lutas, o trabalho assalariado se tornou um pilar, no qual o trabalho significava bem mais que um trabalho, significava ter direitos que se expandiam” (Segnini, 2000). O assalariamento, no Brasil, passou de 42% da PEA urbana em 1940, para 62,8% em 1980, contexto em que “a sociedade permaneceu desigual, a renda continuou sendo concentrada e permaneceram os problemas de informalidade, subemprego, baixos salários e desigualdades de rendimentos.” (idem)

Um dos traços mais reveladores da desestruturação do mercado de trabalho pode ser considerado o aumento significativo da participação do setor terciário no número de ocupações. Em 1995, de cada 10 ocupações existentes, 6 estavam neste setor, 2 no setor secundário e 2 no setor primário, enquanto que em 1980 eram 3 no setor secundário, 3 no setor primário e 4 no setor terciário (Pochmann, 1999, 71).

Também a formalização dos contratos de trabalho sofreu um brutal revés. Em 1980, 49,2% da População Economicamente Ativa (PEA) era assalariada, **com registro formal**; em 1991 esse número caiu para cerca de 36%. Além disso, o número de trabalhadores por conta própria também apresentou elevação, saindo de 22,1% da PEA em 1980 para 23,9%, em 1991 (idem, p. 72).

Apesar da evidente precarização mostrada acima, nesse período não se observa um aumento significativo do desemprego decorrente do fechamento de postos de trabalho. Embora os dados apontem para uma variação relativa anual de 6,6% ao ano no aumento do desemprego, a variação de 2,8%, em 1980, para 4,2%, em 1991, no índice de desemprego sugere que o que ocorreu foi a diminuição no ritmo de criação de vagas frente ao crescimento da PEA, que foi de 2,78% anualmente entre 1980 e 1991. Ou seja, já nesse período é possível observar a diminuição da capacidade de geração de novos empregos na economia brasileira. Essa conclusão acima parece se coadunar com os objetivos gerais da política macroeconômica que, embora fosse acompanhada da redução da taxa agregada de investimentos, impediu quedas bruscas no nível de ocupação. A

tabela 7 mostra o crescimento da taxa de desemprego aberto⁵ no Brasil entre 1980 e 1989.

Tabela 8 – Taxa de desemprego aberto no Brasil – período 1980-1989

Anos	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Desemprego Aberto* (%)	6,5	7,9	6,27	6,7	7,12	5,25	3,59	3,73	3,85	3,35

Fonte: Revista Conjuntura Econômica

* Dados do IBGE

Assim sendo, o resultado da substituição das políticas macroeconômicas de orientação keynesiana pelas monetaristas a partir de 1981 foi uma estagnação econômica que afetou negativamente o mercado de trabalho, na forma de sua desestruturação. Esta se caracterizou pelo aumento da informalidade, pela perda de participação do setor secundário no nível de ocupações, aumento do trabalho autônomo e aumento do desemprego. Esse quadro já complicado para os trabalhadores iria ficar ainda pior nos anos 1990, com a aplicação do receituário neoliberal, que será visto na seção seguinte.

4.3 Do neoliberalismo à crise do emprego

Durante a década de 1980 os países latino-americanos amargaram uma situação de estagnação econômica e elevada inflação por conta da aplicação do receituário das agências multilaterais. Com base em um extraordinário esforço exportador e na substituição das importações promoveu-se significativos superávits comerciais para o pagamento dos encargos da dívida externa contraída em grande parte na década de 1970. A partir de 1989 as agências multilaterais promoveram uma profunda mudança nas recomendações aos países periféricos. O modelo implementado por Reagan nos Estados Unidos, em 1980, foi o sustentáculo dessas novas recomendações que previam “a redução dos gastos públicos e de várias iniciativas do Estado, ampliação das importações, entre outras medidas” (Pochmann, 1999, p. 55). Com base nesse modelo estabeleceram-se então um conjunto de medidas de caráter neoliberal para serem aplicadas nos países periféricos, notadamente na América Latina.

Esse conjunto de medidas estabelecidas no Consenso de Washington⁶ estava alicerçado na “abertura comercial, estabilização monetária ancorada no dólar,

⁵ Desemprego Aberto: Pessoas que procuram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos últimos 7 dias.

privatizações de empresas estatais e redução do Estado, desregulamentação do mercado financeiro, flexibilização do mercado de trabalho, entre outros”. Um dos principais objetivos imediatos das políticas de ajuste era o controle definitivo da inflação, o que se faria através do arrocho salarial e de uma política cambial que valorizava a moeda nacional frente ao dólar. O argumento utilizado pelos bancos era de que sua implementação pelos países latino-americanos facilitaria o acesso destes aos recursos externos e à entrada nos mercados de capitais (*idem*).

A aplicação dessas políticas, na prática, consolidou-se como condicionante ao ingresso de recursos externos na América Latina, como explica Pochmann (1999, p. 56): “Somente entre 1989 e 1991, por exemplo, a quantidade de capital que ingressou na América Latina foi multiplicada por oito vezes, **fazendo crer que a única alternativa econômica estaria associada à aceitação passiva do projeto neoliberal**” (grifo nosso).

Por outro lado, a margem de manobra que os governantes latino-americanos tinham para se contrapor no todo ou em parte às orientações partidas de Washington eram muito pequenas, pois ante a estagnação com inflação elevada em suas economias durante a década de 1980, necessitavam de recursos que garantissem o financiamento de seus déficits e possibilitassem a retomada do crescimento econômico. Além disso, havia a constante ameaça de colapso nos créditos internacionais em caso de propostas alternativas de condução econômica serem cogitadas. Nestes casos, os “comportamentos desviantes seriam combatidos com os movimentos voláteis e disciplinadores do capital financeiro” (Mattoso, 2000, p. 23).

Os recursos externos de fato ingressaram na América Latina, mas longe de promoverem um novo surto industrial e de investimentos produtivos, a maioria deles destinou-se à compra de empresas estatais, à aquisição de ações de empresas privadas nacionais e aos ganhos provenientes dos juros estratosféricos *vis-à-vis* aos praticados pelos países centrais. Disso resultou um processo que envolvia a desnacionalização e desindustrialização das economias, crescimento em larga escala do desemprego e precarização do trabalho, uma enorme vulnerabilidade externa, entre outros.

Através da tabela 8 é possível observar a evolução do desemprego na América Latina após a aplicação dos programas de ajuste baseados na abertura comercial

⁶ Conjunto de medidas orientadas à estabilização monetária e à liberalização do comércio e do capital a serem aplicadas nos países periféricos, embasadas na eliminação das barreiras comerciais e financeiras, além da educação do Estado (Mattoso, 2000, p. 23).

e financeira e de redimensionamento do Estado, propostos pelas agências multilaterais no final da década de 1980/início da década de 1990.

Tabela 9 – Taxa média de desemprego na América Latina, por períodos, em % (países selecionados)

	Argentina	Brasil¹	Chile	Colômbia	Uruguai	Venezuela²
1990/4	8,4	5,5	5,16	8,9	8,8	8,6
1995/9	15,5	7,9	6,3	14,8	11,0	11,9
2000/3	16,9	9,4	7,8	16,3	15,7	14,3

Fonte: OIT, elaboração própria

¹Ausência de dados para os anos de 1991, 1994 e 2000;

²Ausência de dados para o ano de 2003.

4.4 A crise do emprego e a precarização do trabalho no Brasil a partir de 1990

O processo de desestruturação do mercado de trabalho, apesar de iniciado na década de 1980 ganhou intensidade com o novo modelo de inserção econômica proposto aos países latino-americanos no início dos anos 90 pelas agências multilaterais. Tal desestruturação manifestou-se pela “tendência de redução do assalariamento com registro e de expansão do desemprego e de ocupações não-organizadas” (Pochmann, 1999, p. 65).

O novo modelo de inserção econômica estava baseado na mundialização de bens e capitais, a partir da abertura comercial e da desregulamentação financeira pelos países periféricos. A abertura comercial ocorrida no Brasil com o governo Collor, em 1990, expôs abruptamente as empresas locais à intensa concorrência intercapitalista dos países centrais. Essa nova orientação configurou-se como extremamente danosa ao capital produtivo nacional e a superação das resistências do grande empresariado local ao projeto se fez através daquilo que Mattoso (2000) chamou de “conluio entre essas empresas e o governo”. Nesse conluio caberia ao governo agir no sentido de flexibilizar a legislação trabalhista e garantir a redução dos custos de produção internamente via arrocho salarial, garantindo os lucros empresariais e fragilizando a classe trabalhadora em relação à patronal. As grandes empresas, por sua vez,

abrem mão do crescimento via produção, outrora eixo nucleador de suas estratégias, e passam rapidamente a acelerar a terceirização de atividades, abandonar linhas de produtos, fechar unidades, racionalizar a produção, importar máquinas e equipamentos, buscar parcerias, fusões ou transferência de controle acionário e reduzir custos, sobretudo da mão-de-obra. Por outro lado, vão aumentar seu lucro não-operacional mediante a ampliação de posições no mercado financeiro, eventualmente

mais que compensando as perdas pela redução de seus mercados. (Mattoso, 2000, p. 20)

Dessa nova convergência de interesses entre os capitalistas e o Estado, expressa na globalização comercial e financeira, resultou a desnacionalização de um grande número de empresas privadas, através de um processo de compra do controle acionário ou de fusão com empresas estrangeiras, bem como a diminuição do Estado por meio da privatização de empresas estatais, que já vinha ocorrendo desde a década de 1980, mas que a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1995, traduziu-se num verdadeiro desmonte do Estado. Para se ter uma idéia, no período houve a “alienação de cerca de 75% do patrimônio público” (idem, p. 28).

O processo de desnacionalização foi o principal meio de ingresso de recursos externos. A desregulamentação financeira e comercial passara a exigir taxas de juros elevadas para atração de capitais estrangeiros que permitissem o financiamento dos déficits no balanço de pagamento. A partir da liberação das barreiras, o primeiro tipo de capital ingressante no Brasil foi o especulativo a partir de 1992, “destinados às bolsas de valores e aos fundos de renda fixa”. Porém, “quando estes, mais sensíveis à instabilidade global, sofreram retração inicial resultante da eclosão da crise mexicana em 1994, o Investimento Direto do Exterior (IDE) passou a predominar” (idem, p. 26).

Contudo, diferentemente do que ocorreu no período de industrialização ocorrido entre 1940 e 1980, os investimentos diretos externos do período 1994/98, que ingressaram em volume nunca visto, foram orientados ao processo de compra ou fusão de empresas privadas brasileiras e para a aquisição de empresas públicas. As consequências para os trabalhadores foram descritas por Mattoso:

Conforma-se, desta maneira, um intenso deslocamento e desnacionalização do controle acionário das empresas e setores econômicos, mas sem implicar necessariamente a ampliação da capacidade produtiva instalada. Em contrapartida, tanto nas privatizações de estatais como no processo de fusões e consolidação de empresas privadas, tem sido comum a redução do número de empregados (mediante processos de enxugamento e encolhimento) e da capacidade geradora de empregos (por meio da subcontratação de empresas estrangeiras, maior importação de insumos e até de mão-de-obra). (2000, p. 27)

A tabela 9 nos dá a mostra do que representou o processo de privatização: quase quinhentos e cinquenta mil empregos formais do setor públicos foram extintos apenas na década de 1990.

Tabela 10 – Evolução das empresas privatizadas no Brasil e do ajuste do emprego no setor estatal

Período	Empresas Privatizadas	Receita em milhões de dólares	Transferência de dívida pública em milhões de dólares	Empregados formais envolvidos*
Anos 80	38	823	636	229.105
1990/92	44	15.128	2.664	-198.136
1993/94	35	17.320	3.752	-47.732
1995/99	84	42.008	11.660	-300.120
Anos 90	166	74.456	18.076	-545.988

Fonte: Adaptado de Pochmann, 2001

* Saldo líquido entre os empregos destruídos e os criados no setor público. Abrange Privatizações, fechamentos e incorporações.

De fato, desde o início da década de 1990 o mercado de trabalho brasileiro ingressou numa crise sem precedentes na história industrial do país. O aumento do desemprego e a precarização do trabalho têm sido a tônica do novo modelo de inserção dos países latino-americanos na economia-mundo.

Vimos na seção 4.2 que a desestruturação do mercado de trabalho no Brasil já vinha ocorrendo durante a década de 1980, sob a forma de aumento da informalidade, diminuição da capacidade de geração de novos empregos regulares, queda no poder aquisitivo dos salários, aumento da subutilização da força de trabalho, entre outros. Nos anos 90 essa desestruturação ganhou novos contornos com a redução do trabalho assalariado, da precarização das condições de trabalho e da larga expansão do desemprego.

Um dos indicadores mais proeminentes do processo de desestruturação que veio agregado à aplicação das políticas consensuadas em Washington foi o desassalariamento. Com base na tabela 10 podemos observar que o trabalho assalariado sofreu um decréscimo de 62,8% para 62,6% da PEA entre 1989 e 1991, sendo que tal redução se deu entre os trabalhadores que já possuíam carteira assinada. No mesmo período estes (com registro) registraram uma queda de 42,2% para 36,6%, enquanto que o trabalho sem registro elevou-se de 13,6% para 26% (Pochmann, 1999). O quadro aprofundou-se entre 1991 e 1995. Nesse período o trabalho assalariado teve uma redução ainda maior, saindo de 62,6% para 58,2%. Novamente a queda deveu-se a uma redução do trabalho formal, que deixou de representar 36,6% para representar apenas 30,9% da PEA. Além disso, um novo acréscimo foi verificado entre os assalariados sem registro formal: de 26% em 1991 saltou para 27,3% da PEA em 1995.

Tabela 11 – Trabalho assalariado com e sem carteira
– Brasil 1980-1995 (% PEA)

Trabalho assalariado	1980	1991	1995
Total	62,8	62,6	58,2
Com Registro	49,2	36,6	30,9
Sem registro	13,6	26	27,3

Fonte: Pochmann, 1999

Conflagrou-se assim uma situação extremamente precária aos trabalhadores, que não só ficaram à mercê das incertezas do mercado, como também desprotegidos, sem direito ao seguro-desemprego, sem contribuição com o sistema de Previdência, e, logo, sem direito à aposentadoria e mesmo à assistência social.

Analisando o mercado de trabalho no período compreendido entre 1989 e 1995, Pochmann registrou que a taxa de subutilização da força de trabalho, que se compõe das pessoas que trabalham por conta própria, os não remunerados e os desempregados, apresentou uma variação relativa anual de 5,07%. Ou seja, em 1989 este segmento era equivalente a 31,8% da PEA, enquanto que em 1995 já alcançava 37,8% da mesma. Se considerarmos que entre 1980 e 1991 essa taxa de subutilização saiu de 34,1% para 34,2%, conseguiremos compreender o significado das políticas neoliberais para a precarização do trabalho no Brasil.

Ao compararmos esses dados com os dados mais recentes constantes da tabela 11, nota-se que o desassalariamento continuou se expandindo até dezembro de 2004. Em dez/2002 o total dos assalariados era de 72,63% da população ocupada, enquanto que em dez/2004 esse número foi de 72,27%. A informalidade também continuou durante o período analisado: as ocupações formalmente registradas apresentaram uma queda de 49,98% para 47,28%, enquanto que o trabalho não registrado saltou de 22,65% para 24,99% do total da população ocupada. Além disso, o trabalho por conta própria também se elevou, saindo de 21,12% para 21,38% das ocupações. Ou seja, as tendências verificadas na década de 1990 parecem se conformar também nesse início do 3º milênio.

Tabela 12 – Pessoal ocupado por posição na ocupação principal – Brasil (em %)

Itens	Dez/02	Dez/04
Total	100	100
Assalariados	72,63	72,27
com registro formal	49,98	47,28
sem registro formal	22,65	24,99
Conta própria	21,12	21,38
Empregadoras	5,05	5,49
Não remunerados	1,2	0,86

Fonte: IBGE, elaboração própria

Mas não foi só através da precarização das condições de trabalho que as políticas de ajuste econômico massacraram a classe trabalhadora. Por força das primeiras políticas de ajuste destinadas à promoção de superávits que garantissem o pagamento da dívida externa, durante a década de 1980 o desemprego passou a apresentar uma curva ascendente, especialmente na sua primeira metade, tendo fechado o período compreendido entre 1981-90 com uma média de desemprego de 3,73% da PEA (OIT), sendo que entre 1980 e 1991 a PEA cresceu a 2,78% em média, ao ano. Mas foi realmente na última década do século XX que o nível de desemprego ficou alarmante. Segundo a OIT, entre 1999 e 2003 todos os anos registraram índices de desemprego maiores que 9%, conforme se verifica na tabela 12 (ressalva se faz ao ano de 2000, para o qual não possuímos dados).

Tabela 13 – Taxa de desemprego no Brasil – período 1996-2003 (% da PEA)

1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
7,0	7,8	9,0	9,6	...	9,4	9,2	9,7

Fonte: OIT

De fato, desde 1990 o desemprego tem atingido índices extremamente elevados, independentemente da metodologia adotada. Cabe aqui abrir um parêntese para expor em breves palavras a diferença entre as metodologias das duas principais pesquisas sobre o desemprego: a PME (Pesquisa Mensal do Emprego), do IBGE, e a PED (Pesquisa do Emprego e Desemprego), do Seade-DIEESE.

A PME realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística reúne informações sobre a evolução do emprego assalariado, com e sem carteira de trabalho assinada, do trabalhador por conta própria e dos empregadores. Seus principais indicadores são a taxa do emprego e a do desemprego aberto em sete dias, esta dizendo

respeito às pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos últimos 7 dias. Recentemente uma alteração na sua metodologia substituiu os antigos indicadores pelos de População Ocupada e População Desocupada. A população ocupada é aquela que na semana de referência exerceu trabalho remunerado ou sem remuneração, durante pelo menos uma hora completa, ou que tinha trabalho remunerado do qual estava temporariamente afastada na semana de referência. Por sua vez a população desocupada compreende as pessoas sem trabalho na semana de referência, mas que estava disponível para assumir trabalho no período de referência de 30 dias, sem ter tido qualquer trabalho ou após terem saído do último trabalho que tiveram nesse período.

A PED elaborada pelo Seade-DIEESE busca incluir em seus dados de desempregados as situações em que as pessoas realizaram alguma tarefa remunerada de tipo precária. Utiliza-se de metodologia mais abrangente e apropriada às condições do mercado de trabalho brasileiro. Seus principais indicadores são a taxa de desemprego aberto em 30 dias e a taxa de desemprego oculto pelo trabalho precário (compreende aqueles que buscaram emprego e exerceram algum tipo de bico) e pelo desalento (os que não buscaram emprego no período de referência pela desesperança de consegui-lo).

Tabela 14 – Taxas de Desemprego e PIB Brasil e Região Metropolitana de São Paulo – indicadores IBGE e Seade-DIEESE

Anos	Taxas de Desemprego (%)				
	IBGE (Brasil)	Seade-DIEESE (RMSP)			PIB real Índice (1983=100)
		Aberto	Oculto	Total	
1989	3,3	6,5	2,2	8,7	130,6
1990	4,9	7,4	2,9	10,3	124,9
1991	6,0	7,9	3,8	11,7	125,3
1992	7,1	9,2	6,0	15,2	124,3
1993	6,1	8,6	6,0	14,6	129,5
1994	5,8	8,9	5,3	14,2	137,1
1995	5,5	9,0	4,2	13,2	143,2
1996	6,7	10,0	5,1	15,1	148,3
1997	7,3	10,3	5,7	16,0	152,4

Fonte: Segnini, 2000

A tabela 13 evidencia as diferenças entre as metodologias mas, como já dito, qualquer uma que tomemos como base apresenta uma elevada taxa de desemprego na última década.

Por último, cabe assinalar que a causa mais superficial do desemprego é o desaquecimento da economia. A baixa inversão nos setores produtivos tem gerado taxas pífias de crescimento econômico. Em contraste com o período compreendido entre 1953-72, que registrou uma média real anual de crescimento do PIB de 7,37%, o período que vai de 1983-2002 ficou marcado por um crescimento real anual médio de 2,49%, muito aquém do necessário para absorver os atuais desempregados e aqueles que todo ano ingressam no mercado de trabalho.

Diante do exposto, conclui-se que a desestruturação do mercado de trabalho iniciada nos primórdios da década de 1980 encontra explicação nas políticas de ajuste propostas pelas agências multilaterais para toda a região da América Latina, cujos objetivos eram a garantia de livre circulação do capital financeiro, via desregulamentação do mercado financeiro, e das mercadorias, via derrubada das barreiras comerciais. Essa nova orientação econômica aos países periféricos latino-americanos traduziu-se no desmonte das estruturas produtivas locais e num novo modelo de inserção destes países na economia-mundo, daí decorrendo a elevação do desemprego a níveis jamais ocorridos.

CAPÍTULO V

5. CONCLUSÃO

As colocações desta pesquisa demonstram ser o desemprego um fenômeno global e que sua ocorrência, ao menos em números tão elevados, pode ser atribuída ao processo de financeirização da economia mundial. Embora tratando-se de um estudo preliminar, pode-se concluir que suas causas estão relacionadas com as novas orientações políticas irradiadas pelo centro hegemônico com o objetivo de restabelecer em torno de si o controle do dinheiro mundial.

Isso ficou bastante caracterizado com as conseqüências sofridas por todos os países após a nova aliança do Estado norte-americano com os financistas em 1980. A substituição das políticas expansionistas em vigor desde o *new deal* da década de 1930, por uma nova orientação baseada no combate à inflação constituiu-se na pedra de toque que provocou a recessão econômica em todo o sistema. Utilizando-nos da imagem proposta por Braudel, esse movimento de percussão configurado na adoção pelo Estado hegemônico de políticas contracionistas, provocaria estragos em toda a superfície vibratória, em toda a economia-mundo.

Na América Latina como um todo, e no Brasil em particular, as conseqüências desse movimento vibratório se fizeram através da imposição pelos credores internacionais de políticas de ajuste estrutural que promoveram uma profunda desestruturação do setor industrial. Como decorrência, o desemprego assumiu proporções jamais verificadas, desde o processo de industrialização iniciado com Getúlio Vargas.

Resta, portanto, caracterizado o nexo de causalidade entre o quadro de desemprego verificado no Brasil desde o final da década de 1980, com o deslocamento da reprodução do capital do âmbito da produção material para o âmbito financeiro. Logo, trata-se de um problema que se origina da crise do regime de acumulação da nação hegemônica. Sendo assim, nos parece praticamente nulas as possibilidades de equacionamento do problema pelos governos nacionais. As poucas possibilidades de intervenção residem em políticas de geração de emprego de efeitos contraditórios que, ou tendem a agravar o problema no médio prazo ou simplesmente não surtem efeito considerável.

Visando contribuir com o aprofundamento dos temas salientados nessa pesquisa, apresentam-se as seguintes sugestões:

. Análise dos efeitos do desemprego no nível salarial dos países centrais da economia-mundo;

. Pesquisa descritiva da atuação sindical ante a perda de poder político da classe trabalhadora com a expansão financeira.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Marcelo de Paiva (org) et al. *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. 4.ed. Rio de Janeiro:Campus, 1992, 445 p.

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto Editora Ltda.; São Paulo: Editora UNESP, 1996, 393 p.

ARRIGHI, Giovanni. *A ilusão do desenvolvimento*. Tradução Sandra Vasconcelos. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, ., 1997.

_____. *La globalizacion, la soberania estatal y la interminable acumulacion del capital*. Disponível em:

<<http://www.globalizacion.org/desarrollo/ArrighiGlbzSoberaniaEstado.htm>>. Acesso em 24 janeiro 2005.

BECKER, Bertha K e EGLER, Cláudio A.G. *Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, 267 p.

BONELLI, Regis. Produtividade Total dos Fatores (PTF) e produto potencial da economia brasileira: uma nota. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/pub/bccj/bc_053j.pdf>. Acesso em 16 de junho 2005.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo* (3 volumes). Tradução Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. *Desenvolvimento e crise no Brasil, 1930-1983*. São Paulo: Brasiliense, 14ª ed., 1985, 298 p.

BRUM, Argemiro J. *O desenvolvimento econômico brasileiro*. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 20 ed., 1999, 571p.

CASTRO, Antônio Barros de; SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. *A economia brasileira em marcha forçada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FURTADO, Celso. *Brasil: a construção interrompida*. 3. ed. Rio de Janeiro:Paz e Terra, 1992, 87 p.

GALBRAITH, John Kenneth. *A era dos extremos*. Tradução de F.R. Nickelsen Pellegrini. São Paulo: Pioneira, 6ª ed., 1984, 379 p.

INTIGNANO, Béatrice Majnoni d'. *A fábrica de desempregados*. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, 224 p.

MATTOSO, Jorge. *O Brasil desempregado: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 1ª. Reimpressão, 2000, 47 p.

MAGDOFF, Harry; SWEEZY, Paul M. *O fim da prosperidade: a economia americana na década de 1970*. Tradução de Jaime Larry Benchimol. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1978, 152 p.

MONTEIRO, Adriana Carneiro. *A primeira guerra mundial e a criação da Liga das Nações*. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/oficinas/dhparaiba/1/1guerra.html>>. Acesso em 24 de abril 2005.

POCHMANN, Márcio. *O trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo: Contexto, 1999, 204 p.

_____. *A década dos mitos: o novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001, 182 p.

SEGNINI, Liliana Rolfsen Petrilli. *Educação e trabalho: uma relação tão necessária quanto insuficiente*. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, vol.14, n. 2, abr/jun 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000200011>. Acesso em 17 de junho 2005.

SINGER, Paul. *Economia política do trabalho*. São Paulo: HUCITEC, 2ª ed., 1979, 198p.

_____. *O Brasil no limiar do terceiro milênio*. Disponível em: <<http://www.usp.br/iea/revista/online/dilemasdesafios/singer.doc>>. Acesso em 09 de junho 2005.

STATISTICAL YEARBOOK, 1949-50. United Nations. Second Issue. Prepared by the statistical Office of the United Nations, Department of economic Affairs, New York, 1950

STATISTICAL YEARBOOK, 1966. United Nations. Prepared by the statistical Office of the United Nations, Department of economic Affairs, New York, 1966.

TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís. *(Des)Ajuste global e modernização conservadora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, 193 p.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O capitalismo histórico*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

_____. *O sistema mundial moderno* (vol. 1): A agricultura capitalista e as origens da economia-mundo européia no século XVI. Porto: Edições Afrontamento, 1990, 408p.

_____. *O capitalismo histórico e civilização capitalista*. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001, 143 p.

_____. Mundialização ou era de transição? Uma visão de longo prazo da trajetória do sistema-mundo. In: Chesnais, François et al., 2003, p. 71-91.